

	CHECKLIST PRESTAÇÃO DE CONTAS LEI 13.019/2014	APRESENTOU	
		SIM	NÃO
01	Capa;		
02	Ofício de encaminhamento ao Prefeito;		
03	I - Relatório de Cumprimento do Objeto;		
04	II – Relatório de Execução Físico Financeiro		
05	Comprovante devolução saldo Termo de Colaboração		
06	III - Relação de Pagamentos Efetuados		
07	IV – Conciliação Bancária;		
08	V - Relatório da Execução da Receita e da Despesa;		
09	VI - Relatório Fotográfico (antes, durante, depois);		
10	Termo de Fomento com Plano de Trabalho		
11	Ata de Constituição da entidade		
12	Estatuto da entidade		
13	Cartão de CNPJ		
14	Ata da atual Diretoria		
15	Quadro de Dirigentes EFA		
16	Declaração Cumprimento do Objeto		
17	Declaração do não pagamento de taxas administrativas bancárias com recurso da parceria		
18	Declaração de não contratação com servidor público		
19	Extratos Bancários de conta específica		
20	Notas fiscais com comprovante e pagamento e pesquisa direta com 3 orçamentos		
21			
22			
23			
24			
25			
26			
<b>OBS:</b>		1. Os extratos Bancários e Comprovante Bancário de restituição do saldo, deverão ser apresentados com cópias para evitar que seja apagado como o tempo. 2. A Prestação de Contas deverá ser apresentada numa pasta organizada com os comprovantes de despesas apresentados por ordem de data.	

CHECKLIST PRESTAÇÃO DE CONTAS LEI 13.019/2014		APRESENTOU	
		SIM	NÃO
01	Capa;		
02	Ofício de encaminhamento ao Prefeito;		
03	I - Relatório de Cumprimento do Objeto;		
04	II - Relatório de Execução Físico Financeiro		
05	Comprovante devolução saldo Termo de Colaboração		
06	III - Relação de Pagamentos Efetuados		
07	IV - Conciliação Bancária;		
08	V - Relatório da Execução da Receita e da Despesa;		
09	VI - Relatório Fotográfico (antes, durante, depois);		
10	Termo de Fomento com Plano de Trabalho		
11	Ata de Constituição da entidade		
12	Estatuto da entidade		
13	Cartão de CNPJ		
14	Ata da atual Diretoria		
15	Quadro de Dirigentes EFA		
16	Declaração Cumprimento do Objeto		
17	Declaração do não pagamento de taxas administrativas bancárias com recurso da parceria		
18	Declaração de não contratação com servidor público		
19	Extratos Bancários de conta específica		
20	Notas fiscais com comprovante e pagamento e pesquisa direta com 3 orçamentos		
21			
22			
23			
24			
25			
26			
OBS:	1. Os extratos Bancários e Comprovante Bancário de restituição do saldo, deverão ser apresentados com cópias para evitar que seja apagado como o tempo. 2. A Prestação de Contas deverá ser apresentada numa pasta organizada, com os comprovantes de despesas apresentados por ordem de data.		





Escola Família Agrícola Tabocal-Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio  
Fazenda Granja Primavera – São Francisco – MG – Fone: 38 9 9951 2893 – E-mail: [efatabocal@yahoo.com.br](mailto:efatabocal@yahoo.com.br)  
Aprovado pelo Parecer 1247 de 02 de novembro de 2007 e Portaria nº 1136 de 04 de dezembro de 2007.  
Renovação de Reconhecimento e Recredenciamento pelo Parecer CEE nº 41 de 03 de março de 2020.  
Portaria SEE/MG nº 334 de 17 de março de 2020.

Ofício nº. 03/2023

São Francisco/MG, 31 de Agosto de 2023.

A

Prefeitura Municipal de São Francisco

Solicitação (Faz)

A Associação Escola Família Agrícola na Região do Vale do São Francisco, inscrita no CNPJ 07.355.853/0001-95, com sede na Fazenda Granja Primavera, S/N, Zonar Rural, no município de São Francisco/MG, neste ato representado pelo seu presidente o Sr. Antônio Luiz Martins Almeida, portador do CPF 091.649.396-26, vem por meio deste solicitar protocolo e aprovação da Prestação de Contas do Termo de Fomento nº. 04/2023 junto a Prefeitura Municipal de São Francisco, referente ao período de 10/05/2023 a 31/12/2023 conforme artigo 36 do Decreto 20/2017.

Com antecipados agradecimentos, apresentamos a V. Sª nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ANTONIO LUIZ MARTINS  
ALMEIDA:09164939626

Assinado de forma digital por ANTONIO  
LUIZ MARTINS ALMEIDA:09164939626  
Dados: 2023.09.04 11:25:11-03'00'

Antônio Luiz Martins Almeida

Presidente

Exmo. Sr.

Miguel Paulo Souza Filho

Prefeito Municipal São Francisco

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO</b>		<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO</b>	<b>ANEXO I</b>
01 - NOME DA ENTIDADE Associação Escola Família Agrícola da Região do Vale do São Francisco		02 - PROCESSO DE CONCESSÃO N.º	03 - EXERCÍCIO 2023
04 - CPE 07.305.853/2001-95		05 - PARCERIA N.º 04/2023	06 - UF MG
07 - TIPO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS			
07.1 <input type="checkbox"/> PARCIAL - EXECUÇÃO DA PARCELA DE 01/02/2022 A 31/12/2022 PARCELA N.º _____		07.2 <input checked="" type="checkbox"/> F.K.A.L. - EXECUÇÃO DA PARCERIA DE 10/05/2023 a 31/12/2023	
<b>8. RELATÓRIO CONSUBSTANCIADO</b>			
<b>8.1. AÇÕES PROGRAMADAS:</b>  Ministrar curso sobre a tecnologia social hídrica de barragem subterrânea: conceitos, manejo e confecção de barragens subterrâneas; selecionar áreas para construção; capacitação de alunos, produtores e técnicos e outros correlacionados.			
<b>8.2. AÇÕES EXECUTADAS:</b>  1. Foi realizada no dia 23 de Maio de 2023 no Centro Cultural Católico o curso sobre Barragem Subterrânea ministrada pelos Sr. Manoel Batista de Oliveira Neto e a Sra. Maria Sônia Lopes da Silva pesquisadores da EMBRAPA SOLOS UEP RECIFE, alunos e membros das comunidades rurais de São Francisco com a presença do Padre Neri Segale, conforme lista de presença.  2. Nos dias 24 de Maio de 2023 e 25 de Maio de 2023 foram realizadas visitas técnicas junto as comunidades de Buriti do Meio e Buriti Grande para realização na prática do conhecimentos adquiridos no curso visando a identificação do local a ser instalada as barragens bem com estudo do solo.  3. Estão sendo realizadas parcerias junto a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES para estudo de viabilidade e implantação do projeto de construção de 9 (nove) barragens subterrâneas no município.			
<b>8.3. RESULTADOS ALCANÇADOS:</b>  Após realização do evento já aconteceram novas reuniões buscando viabilizar a execução de projetos para construção de 9 barragens subterrâneas nas comunidades que sofrem com seca na nossa região. A Prefeitura Municipal de São Francisco está buscando recurso para executar a construção de duas barragens pilotos na região. Os organizadores do evento estão buscando parcerias juntos as universidades públicas para acompanhar os estudo e execução desse projeto que irá beneficiar a população das comunidades rurais do município que sofre com falta de água durante o período de seca.			
<b>09- AUTENTICAÇÃO</b> <b>31/08/2023</b> DATA		ANTONIO LUIZ MARTINS ALMEIDA 091 64939626 <small>Assinatura digital de ANTONIO LUIZ MARTINS ALMEIDA 091 64939626 em 31/08/2023 09:04 UTC-03:00</small>	
NOME E ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA (carimbo identificação)		ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA ENTIDADE Antônio Luiz Martins Almeida CPF 091.649.396-26	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO FRANCISCO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA**

## ANEXO II

[illegible]



## Comprovante de Transação Bancária

Transferências Para Contas de Outros Bancos (DOC)

Data da operação: 30/08/2023 - 18h39

Nº de controle: 064287355979564779 | Documento: 3402863

Conta de débito: **Agência: 1151 | Conta: 0014176-3 | Tipo: CONTA CORRENTE**

Empresa: **ASSOC ESC FAM AGRIC REG S FRAN | CNPJ: 007.355.853/0001-95**

Conta de crédito: **Banco: 1 - BANCO DO BRASIL S.A. | Agência: 494 | Conta: 384534**

Tipo de conta: **CONTA-CORRENTE INDIVIDUAL**

Finalidade: **1 - CREDITO EM CONTA CORRENTE**

Valor **R\$ 275,38**

Tarifa: **R\$ 12,15**

Valor total: **R\$ 287,53**

Tipo de transferência: **DOC - Mesma Titularidade**

**Crédito será realizado no próximo dia útil da data de débito**

Data de débito: **30/08/2023**

A tarifa é cobrada por transferência realizada e para as operações agendadas poderá sofrer alteração de acordo com os valores vigentes na data do débito

## Autenticação

kkpScgvj Zbk6jmlg sSREvQ?d QkkdfaUb tqffUkk6 pV2V3WqM fXiUPth\* VEUMwrq6  
gv6ZGqOw jKD49mQn j8NvAxON IGvN7ZED ihzdPxSM AtuvQUly zbZy6b6s 3pBgdqZk  
JhhKQqxo nBFBfbwa \*qc02Rma kL3WAaWI SRY@2x#A Vc2N8AE? 34028633 0/08/202

**SAC - Serviço de  
Apoio ao Cliente**

Alô Bradesco  
0800 704 8383

Deficiente Auditivo ou de Fala  
0800 722 0099

Cancelamentos, Reclamações e Informações.  
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.

Demais telefones  
consulte o site  
Fale Conosco

**Ouvidoria**

0800 727 9933

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO				PRESTAÇÃO DE CONTAS CONCILIAÇÃO BANCÁRIA		ANEXO IV	
01 - NOME DA ENTIDADE Associação Escola Família Agrícola da Região do Vale do São Francisco				02- PROCESSO DE CONCESSÃO N.º		03- PARCERIA N.º 04/2023	
04 TIPO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 04.1 <input type="checkbox"/> PARCIAL - PERÍODO DE EXECUÇÃO DA PARCELA - PARCELA N.º				04.2 <input checked="" type="checkbox"/> FINAL - EXECUÇÃO DA PARCERIA DE 10/05/2023 a 31/12/2023			
05. Fonte de Recursos		06. Agente Financeiro (Banco) 001 Banco do Brasil		07. Agência 0494-4		08. Conta Bancária 38.453-4	
09 Item	10. Histórico					11. Valor	
01	SALDO: bancário em 31/08/2023, conforme extrato anexo;					275,38	
02	MENOS: valores de ordens bancárias, de saques, de pagamentos e/ou cheques emitidos no período e não DEBITADOS, conforme discriminação nominal no quadro abaixo					0,00	
03	OUTROS lançamentos contabilizados e não constantes dos Extratos Bancários.					0,00	
	• Débito ( - )					0,00	
	• Crédito ( + )					0,00	
04	Lançamentos constantes dos Extratos Bancários e não contabilizados					0,00	
05	Saldo do Demonstrativo da Execução Financeira em 31/08/2023 .....					275,38	
12 DOCUMENTOS EMITIDOS E NÃO COMPENSADOS NO PERÍODO							
13 DOCUMENTO	14. N.º	15. DATA	16. FAVORECIDO	17. VALOR			
Observações:							
1. O valor resultante da CONTA CONCILIADA deve coincidir com o saldo constante do Campo 16 do "RELATÓRIO DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA" - Anexo XI;							
2. Os lançamentos dos itens 03 e 04 deverão ser explicitados detalhadamente no verso deste documento.							
18- AUTENTICAÇÃO							
31/08/2023 DATA		ANTONIO LUIZ MARTINS ALMEIDA-09164939626 4939626		ANTONIO LUIZ MARTINS ALMEIDA-09164939626 4939626			
NOME E ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA (carimbo identificação)				ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA ENTIDADE BENEFICIADA Antônio Luiz Martins Almeida CPF 091.649.396-26			



<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO</b>		<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA</b>	<b>ANEXO V</b>
01 - NOME DA ENTIDADE Associação Escola Família Agrícola da Região do Vale do São Francisco		02- PROCESSO DE CONCESSÃO N.º	03-PARCERIA N.º 04/2023
04 TIPO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 04.1 <input type="checkbox"/> PARCIAL - PERÍODO DE EXECUÇÃO DA PARCELA PARCELA N.º		04.2 <input checked="" type="checkbox"/> FINAL-EXECUÇÃO DO PARCERIA DE 10/09/2023 a 31/12/2023	
<b>Receita</b>		<b>Despesa</b>	
Valor Recebido:..... R\$ 10.000,00		Despesas realizadas conforme Relação de Pagamentos Efetuados R\$ 9.724,62  Saldo atual. R\$ 275,38	
07 - TOTAL R\$ 10.000,00		08 - TOTAL R\$ 10.000,00	
<b>09 AUTENTICAÇÃO</b>		<b>09.2 - ENTIDADE BENEFICIADA</b>	
09.1- ORDEANDOR DA DESPESA <b>07.355.853/0001-95</b>  Associação Escola Família Agrícola da Região  do Vale do São Francisco  Fazenda Granja Primavera, Nº S/N, Zona Rural São Francisco/MG 39300-000		ANTONIO LUIZ MARTINS ALMEIDA-091 64939626 <small>Assessoria Jurídica Rua Azeiteiro, nº 40 - Antônio Luz Martins Almeida Almeida-091 64939626 Bairro: Jd. Santa Rosa 12-08-01-00-00</small>  Antônio Luiz Martins Almeida  CPF 091.649.396-26	

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

## PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO FOTOGRAFICO

### ANEXO VI

01 - NOME DA ENTIDADE BENEFICIADA  
Associação Escola Família Agrícola da Região do Vale do São Francisco

02- PROCESSO DE CONCESSÃO N.º

03-PARCERIA N.º

04/2023

04. TIPO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

04.1 ☐ PARCIAL - PERÍODO DE EXECUÇÃO DA PARCELA PARCELA N.º

04.2

☒ FINAL-EXECUÇÃO DO PARCERIA DE 10/05/2023 a 31/12/2023

05 - REGISTRO FOTOGRAFICO E DESCRIÇÃO DE CADA PARTICIPAÇÃO:







#### 05- APROVAÇÃO

##### 06- APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

DATA

Assinado de forma  
elétrica por ANTONIO  
LUIZ MARTINS  
ALMEIDA.091  
64939626  
Data: 31/08/2022  
Hora: 14:43:07

NOME E ASSINATURA DO ORDENADOR DA  
DESPESA  
(carimbo identificação)

##### 06- APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

31/08/2022  
DATA

Assinado de forma  
elétrica por ANTONIO  
LUIZ MARTINS  
ALMEIDA.091  
64939626  
Data: 31/08/2022  
Hora: 14:43:07

NOME E ASSINATURA DO ORDENADOR DO  
PAGAMENTO

##### 06 - DATA A APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

31/08/2023  
DATA

Assinado de forma  
elétrica por ANTONIO  
LUIZ MARTINS  
ALMEIDA.091  
64939626  
Data: 31/08/2022  
Hora: 14:43:07

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA ENTIDADE  
BENEFICIADA





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

## TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento / Prefeitura Municipal de São Francisco nº 04 /2023

### **TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO, E A ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - AEFV, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO, doravante denominado Administração Pública Municipal, com sede em São Francisco-MG, no endereço Avenida Montes Claros, nº 243 - Centro - CEP: 39300-000, inscrito no CNPJ/MF nº 22.679.153/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Miguel Paulo Souza Filho, portador do Registro Geral nº MG-6.193.382 e CPF nº 850.270.496-68, residente e domiciliado em São Francisco-MG; e a ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - AEFV, organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada à FAZENDA GRANJA PRIMAVERA, cidade São Francisco/MG, CEP: 39.300-000, inscrita no CNPJ sob o número 07.355.853/0001-95, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. ANTÔNIO LUIZ MARTINS ALMEIDA, residente e domiciliado(a) à Fazenda Veredinha, Comunidade de Caldeirões -, portador da Carteira de Identidade nº MG 19.670.250 Órgão Expedidor SSP/MG e CPF nº 091.649.396-26,

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Fomento**, tendo em vista o que consta do Processo nº 1537/2023 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e sujeitando-se, no que couber, à Lei nº 3.164, de 23 de Agosto de 2018 (LDO), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Termo de Fomento é o apoio à manutenção da Escola Família Agrícola Tabocal para realização do curso para construção de barragem subterrânea, por meio de parceria entre o Poder Executivo Municipal e a Associação Escola Família Agrícola da Região do Vale do São Francisco, entidade mantenedora da

Escola Família Agrícola Tabocal, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

**Subcláusula Única.** Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo prevista no art. 43, *caput*, inciso I, do Decreto nº 8.726, de 2016, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao termo de fomento, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será até 31/12/2023 a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 21 do Decreto nº 8.726, de 2016:

- I. mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública e
- II. de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

## CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do(s) projeto(s) previstos neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos pela Prefeitura Municipal de São Francisco no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho.

## CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação do recurso financeiro se dará em parcelas mensais, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 33 do Decreto nº 8.726, de 2016.

**Subcláusula Primeira.** As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

- I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas sancionadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

**Subcláusula Segunda.** A verificação das hipóteses de retenção previstas na Subcláusula Primeira ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

- I. a verificação da existência de denúncias aceitas;
- II. a análise das prestações de contas anuais, nos termos da alínea "b" do inciso I do § 4º do art. 61 do Decreto nº 8.726, de 2016;
- III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e
- IV. a consulta aos cadastros e sistemas federais que permitam aferir a regularidade da parceria.

**Subcláusula Terceira.** Conforme disposto no inciso II do *caput* do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de Fomento, nos termos da Subcláusula Primeira, inciso II, desta Cláusula.

## CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos referentes ao presente Termo de Fomento, desembolsados pela Prefeitura Municipal de São Francisco, serão mantidos em conta corrente de Banco Oficial.

**Subcláusula Primeira.** Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Fomento serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

**Subcláusula Segunda.** Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**Subcláusula Terceira.** A conta referida no *caput* desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

**Subcláusula Quarta.** Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

**Subcláusula Quinta.** Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, devidamente justificado no plano de trabalho, na forma do art. 38, §§ 1º a 4º, do Decreto nº 8.726, de 2016.

**Subcláusula Sexta.** Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Fomento será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando

Termo de Fomento. Instrumento voltado para formalização de parcerias com organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. O termo de fomento é adotado para a consecução de finalidades de interesse público e repropõe propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Prefeito Municipal.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

**Subcláusula Primeira.** Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- I. promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;
- II. prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;
- III. monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria constantes de Relatório de Execução, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;
- IV. comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- V. analisar os relatórios de execução do objeto;
- VI. analisar os relatórios de execução financeira, nas hipóteses previstas nos arts. 56, *caput*, e 60, §3º, do Decreto nº 8.726, de 2016;
- VII. receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento, nos termos do art. 43 do Decreto nº 8.726, de 2016;
- VIII. instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos dos artigos 49 e 50 do Decreto nº 8.726, de 2016;
- IX. designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;
- X. retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

XI. assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

XII. reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 61, §1º, do Decreto nº 8.726, de 2016;

XIII. prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato

período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014, e do art. 43, 1º, inciso I, do Decreto nº 8.726, de 2016;

XIV. publicar extrato do Termo de Fomento;

XV. divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

XVI. exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

XVII. informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

XVIII. analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Fomento;

XIX. aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

**Subcláusula Segunda.** Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I. executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, e no Decreto nº 8.726, de 2016;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

- II. zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- III. garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;
- IV. manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- V. não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;
- VI. apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014 e art. 55 do Decreto nº 8.726, de 2016;
- VII. executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- VIII. prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Fomento, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo VII, do Decreto nº 8.726, de 2016;
- IX. responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;
- X. permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;
- XI. quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento:
- a. utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
  - b. garantir sua guarda e manutenção;
  - c. comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
  - d. arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
  - e. em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à

Termo de Fomento. Instrumento voltado para formalização de parcerias com organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. O termo de fomento é adotado para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;

f. durante a vigência do Termo de Fomento, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

XII. por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive

os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIII. manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIV. manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

XV. garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

XVI. observar, nas compras e contratações de bens e serviços e na realização de despesas e pagamentos com recursos transferidos pela Administração Pública, os procedimentos estabelecidos nos artigos 36 a 42 do Decreto n. 8.726, de 2016;

XVII. produzir regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019, de 2014, mantendo o seu arquivo atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos;

XVIII. observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

XIX. comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, nos termos do art. 26, §5º, do Decreto nº 8.726, de 2016;

XX. divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

XXI. submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

XXII. responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

Termo de Fomento. Instrumento voltado para formalização de parcerias com organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. O termo de fomento é adotado para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

XXIII. responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste

Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;

XXIV. quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

## CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto nos arts. 57 da Lei nº 13.019, de 2014, e 43 do Decreto nº 8.726, de 2016.

**Subcláusula Única.** Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

## CLÁUSULA NONA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública municipal.

**Subcláusula Primeira.** A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de que trata o art. 56 do Decreto nº 8.726, de 2016, quando for o caso.

**Subcláusula Segunda.** Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

**Subcláusula Terceira.** A OSC deverá registrar os dados referentes às despesas realizadas no Relatório de Prestação de Contas, sendo dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos originais referentes às despesas, mas deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Termo de Fomento. Instrumento utilizado para formalização de parcerias com organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. O termo de fomento é adotado para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

**Subcláusula Quarta.** Os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie estarão restritos ao limite individual de R\$1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário.

**Subcláusula Quinta.** Na gestão financeira, a OSC poderá:

I - pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

II - incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da OSC, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

**Subcláusula Sexta.** É vedado à OSC:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do município de São Francisco, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

III- pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.

**Subcláusula Sétima.** É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, e deverão ser registradas no Relatório de Execução.

**Subcláusula Primeira.** As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes do Relatório de Execução, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

**Subcláusula Segunda.** No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

I- designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

II- designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);

III- emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, c/c art. 60 do Decreto nº 8.726, de 2016);

IV- realizará visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas (art. 52 do Decreto nº 8.726, de 2016);

V- realizará, se possível, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014);

VI- examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, *caput*, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c arts. 55 e 56 do Decreto nº 8.726, de 2016);

VII- poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

VIII- poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

IX- poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação (art. 51, §3º, do Decreto nº 8.726, de 2016); e

**Subcláusula Terceira.** Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o

gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final (art. 63 do Decreto nº 8.726, de 2016).

**Subcláusula Quarta.** A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso II da Subcláusula Segunda, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação (art. 49, *caput*, do Decreto nº 8.726, de 2016).

**Termo de Fomento.** Instrumento voltado para formalização de parcerias com organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. O termo de fomento é adotado para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

**Subcláusula Quinta.** A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos (art. 49, §§ 2º e 4º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

**Subcláusula Sexta.** A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal, devendo ser observado o disposto no art. 50 do Decreto nº 8.726, de 2016, sobre a declaração de impedimento dos membros que forem designados.

**Subcláusula Sétima.** No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014 e de seu regulamento (art. 49, §5º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

**Subcláusula Oitava.** O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso III da Subcláusula Segunda, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, conforme previsto no art. 61 do Decreto nº 8.726, de 2016, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

**Subcláusula Nona.** A visita técnica *in loco*, de que trata o inciso IV da Subcláusula Segunda, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela

administração pública municipal e pelo órgão de controle interno. A OSC deverá ser notificada previamente no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica *in loco*.

**Subcláusula Décima.** Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica *in loco*, que será anexado ao Processo Administrativo. A OSC poderá solicitar a revisão do relatório, para esclarecimentos e providências. O relatório de

visita técnica *in loco* deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

**Subcláusula Décima Primeira.** A pesquisa de satisfação, de que trata o inciso V da Subcláusula Segunda, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas. A pesquisa poderá ser realizada diretamente pela administração pública municipal, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa (art. 53, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

**Subcláusula Décima Segunda.** Se houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

eventuais providências. A OSC poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado (art. 53, §§ 3º e 4º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

**Subcláusula Décima Terceira.** Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento poderá ser:

- I- extinto por decurso de prazo;
- II- extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III- denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV- rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
  - a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
  - b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas (art. 61, §4º, inciso II, do Decreto nº 8.726, de 2016);
  - c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
  - d) violação da legislação aplicável;
  - e) cometimento de falhas reiteradas na execução;
  - f) malversação de recursos públicos;
  - g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
  - h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
  - i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
  - j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

**Termo de Fomento.** Instrumento voltado para formalização de parcerias com organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. O termo de fomento é adotado para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

k) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Prefeito Municipal; e

l) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

**Subcláusula Primeira.** A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

**Subcláusula Segunda.** Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

**Subcláusula Terceira.** Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

**Subcláusula Quarta.** Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

**Subcláusula Quinta.** Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

**Subcláusula Sexta.** Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de

Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

**Subcláusula Primeira.** Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

I. nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 69, do Decreto nº 8.726, de 2016; e

Termo de Fomento. Instrumento voltado para formalização de parcerias com organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. O termo de fomento é adotado para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

II. nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

- a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou
- b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso, com subtração de eventual período de inércia do município de São Francisco quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 69 do Decreto nº 8.726, de 2016.

**Subcláusula Segunda.** Os débitos a serem restituídos pela OSC observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens

remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

**Subcláusula Primeira.** Os bens patrimoniais de que trata o **caput** deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto vigor a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens

será transferida à Administração Pública. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.

**Subcláusula Segunda.** Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

**Subcláusula Terceira.** Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

- I. não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
- II. o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

**Subcláusula Quarta.** Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

**Subcláusula Quinta.** A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

**Subcláusula Sexta.** Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública municipal, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.

## CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

No caso de parcerias com vigência superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, observando-se as regras previstas nos arts. 59 a 61 do Decreto nº 8.726, de 2016, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

**Subcláusula Primeira.** Para fins de prestação de contas anual, a OSC deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, sendo que se considera exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

**Subcláusula Segunda.** Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

**Subcláusula Terceira.** O Relatório Parcial de Execução do Objeto conterá:

- I- A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, com comparativo de metas propostas com os resultados já alcançados;
- II- A descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III- Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV- Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver; e
- V- Justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas.

**Subcláusula Quarta.** O Relatório Parcial de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- I - dos resultados já alcançados e seus benefícios;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

II - dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

III - do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

IV - da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

**Subcláusula Quinta.** As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 25 do Decreto nº 8.726, de 2016.

**Subcláusula Sexta.** A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação quando:

I- a parceria for selecionada por amostragem, conforme ato do Ministro de Estado ou do dirigente máximo da entidade da administração pública municipal, considerados os parâmetros definidos pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU);

II- for identificado o descumprimento injustificado do alcance das metas da parceria no curso das ações de monitoramento e avaliação de que trata o art. 51 do Decreto nº 8.726, de 2016; ou

III- for aceita denúncia de irregularidade na execução parcial do objeto, mediante juízo de admissibilidade realizado pelo gestor.

**Subcláusula Oitava.** O relatório técnico de monitoramento e avaliação conterá:

I- descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II- análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III- valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV- análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste instrumento;

V- análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas tomadas em decorrência dessas auditorias; e

VI- o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, emitido pelo gestor da parceria, que deverá:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

- a) avaliar as metas já alcançadas e seus benefícios; e
- b) descrever os efeitos da parceria na realidade local referentes:
  - 1. aos impactos econômicos ou sociais;
  - 2. ao grau de satisfação do público-alvo; e
  - 3. à possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

**Subcláusula Nona.** Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, mediante justificativa prévia, dispensar a OSC da observância do disposto na Subcláusula Quinta, assim como poderá dispensar que o relatório técnico de monitoramento e avaliação contenha a descrição referida na alínea "b" do inciso VI da Subcláusula Oitava (art. 55, §3º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

**Subcláusula Décima.** A prestação de contas anual será considerada regular quando, da análise do Relatório Parcial de Execução do Objeto, for constatado o alcance das metas da parceria.

**Subcláusula Décima Primeira.** Na hipótese de não comprovação do alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o gestor da parceria, antes da

emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação, notificará a OSC para apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação, Relatório Parcial de Execução Financeira, que subsidiará a elaboração do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

**Subcláusula Décima Segunda.** O Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

- I- a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- II- o extrato da conta bancária específica;
- III- a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- IV- a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- V- cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

**Subcláusula Décima terceira.** A análise do Relatório Parcial de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:

- I- o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observado o disposto no § 3º do art. 36 do Decreto nº 8.726, de 2016; e





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

II- a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

**Subcláusula Décima Quarta.** Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (art. 64, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014).

**Subcláusula Décima Quinta.** Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias:

- I- sanar a irregularidade;
- II- cumprir a obrigação; ou
- III- apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

**Subcláusula Décima Sexta.** O gestor da parceria avaliará o cumprimento do disposto na Subcláusula Décima Sexta e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

**Subcláusula Décima Sétima.** Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

**Subcláusula Décima Oitava.** Se persistir a irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

- I- caso conclua pela continuidade da parceria, deverá determinar:
  - a) a devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
  - b) a retenção das parcelas dos recursos, nos termos do art. 34 do Decreto nº 8.726, de 2016; ou
- II- caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:
  - a) a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
  - b) a instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado.

**Subcláusula Décima Nona.** O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de seu recebimento.

**Subcláusula Vigésima.** O gestor da parceria deverá adotar as providências constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, sendo que as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL**

**Termo de Fomento.** Instrumento voltado para formalização de parcerias com organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. O termo de fomento é adotado para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 54 a 58 e 62 a 70 do Decreto nº 8.726, de 2016, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

**Subcláusula Primeira.** A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam à Administração Pública avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

**Subcláusula Segunda.** Para fins de prestação de contas final, a OSC deverá apresentar Relatório Final de Execução do Objeto no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

**Subcláusula Terceira.** O Relatório Final de Execução do Objeto conterá:

- I- a demonstração do alcance das metas referentes ao período de toda a vigência da parceria, com comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II- a descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III- os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV- os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver;
- V- justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas;
- VI- o comprovante de devolução de eventual saldo financeiro remanescente (art. 62, *caput*, do Decreto nº 8.726, de 2016); e
- VII- a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o §3º do art. 42 do Decreto nº 8.726, de 2016.

**Subcláusula Quarta.** O Relatório Final de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- I- dos resultados alcançados e seus benefícios;
- II- dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- III- do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

**Termo de Fomento.** Instrumento voltado para formalização de parcerias com organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. O termo de fomento é adotado para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

IV- da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

**Subcláusula Quinta.** As informações de que trata a Subcláusula Quinta serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do *caput* do art. 25 do Decreto nº 8.726, de 2016.

**Subcláusula Sexta.** A análise da prestação de contas final pela Administração Pública será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo emitido pelo gestor da parceria, a ser inserido no respectivo Processo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho, e considerará:

- I- Relatório Final de Execução do Objeto;
- II- os Relatórios Parciais de Execução do Objeto, para parcerias com duração superior a um ano;
- III- relatório de visita técnica *in loco*, quando houver; e
- IV- relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver (parcerias com vigência superior a um ano).

**Subcláusula Sétima.** Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico conclusivo, avaliará a eficácia e efetividade das ações realizadas, conforme previsto na alínea "b" do inciso II do art. 61 do Decreto nº 8.726, de 2016, devendo mencionar os elementos referidos na Subcláusula Sexta.

**Subcláusula Oitava.** Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, mediante justificativa prévia, dispensar a OSC da observância da Subcláusula Sexta, assim como poderá dispensar que o parecer técnico de análise da prestação de contas final avalie os efeitos da parceria na forma da Subcláusula Sétima (art. 55, §3º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

**Subcláusula Nona.** Na hipótese de a análise de que trata a Subcláusula Sexta concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo,

notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

**Subcláusula Décima.** O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

- I- a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- II- o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- III- o extrato da conta bancária específica;

**Termo de Fomento.** Instrumento voltado para formalização de parcerias com organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. O termo de fomento é adotado para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

- IV- a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- V- a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- VI- cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

**Subcláusula Décima Primeira.** A análise do Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:

- I- o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observado o disposto no § 3º do art. 36 do Decreto nº 8.726, de 2016; e
- II- a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

**Subcláusula Décima Segunda.** Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (art. 64, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014).

**Subcláusula Décima Terceira.** Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

- I- aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;
- II- aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou
- III- rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:
  - a) omissão no dever de prestar contas;
  - b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
  - c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
  - d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

**Subcláusula Décima Quarta.** A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, de que trata o parágrafo único do art. 63 do Decreto nº 8.726, de 2016, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

**Subcláusula Décima Quinta.** A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

**Subcláusula Décima Sexta.** A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

**Termo de Fomento.** Instrumento voltado para formalização de parcerias com organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. O termo de fomento é adotado para a consecução de finalidades de interesse público e respicte propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

- I- apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou
- II- sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

**Subcláusula Décima Sétima.** Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

- I- no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar no respectivo Processo as causas das ressalvas; e
- II- no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:
  - a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou
  - b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

**Subcláusula Vigésima.** O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

**Subcláusula Vigésima Primeira.** A Administração Pública deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea "b" do inciso II da Subcláusula Décima Sétima no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de

ações compensatórias ato de competência exclusiva do dirigente máximo da administração pública municipal. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

**Subcláusula Vigésima Segunda.** Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- I- a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e
- II- o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no site oficial da Prefeitura, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

**Subcláusula Vigésima Terceira.** O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de 90 (noventa) dias, contado da data de recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto ou do cumprimento de diligência por ela determinado, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

**Subcláusula Vigésima Quarta.** O transcurso do prazo definido na Subcláusula Vigésima Terceira, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I- não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias;
- e





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

**II-** não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

**Subcláusula Vigésima Quinta.** Se o transcurso do prazo definido na Subcláusula Vigésima Terceira, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**Subcláusula Vigésima Sexta.** A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão no respectivo Processo, permitindo a visualização por qualquer interessado.

**Subcláusula Vigésima Sétima.** Os documentos incluídos pela OSC no respectivo Processo, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.

**Subcláusula Vigésima Oitava.** A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2004, do Decreto nº 8.726, de 2016, e da legislação específica, a administração pública municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

- I- advertência;
- II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- III- declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de São Francisco/MG, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

**Subcláusula Primeira.** A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

**Subcláusula Segunda.** A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da

**Termo de Fomento.** Instrumento voltado para formalização de parcerias com organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. O termo de fomento é adotado para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

**Subcláusula Terceira.** É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

**Subcláusula Quarta.** A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

**Subcláusula Quinta.** Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do Prefeito Municipal prevista na Subcláusula Quarta, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

**Subcláusula Sexta.** Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no Cadastro de Devedores do município, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**Subcláusula Sétima.** Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública municipal destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Fomento, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da Prefeitura Municipal de São Francisco.

**Subcláusula única.** A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Fomento deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela Prefeitura Municipal de São Francisco.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Fomento que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública municipal para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica

Termo de Fomento. Instrumento voltado para formalização de parcerias em organização da sociedade civil (OSC), nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. O termo de fomento é adotado para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Montes Claros, 243 Centro - CEP 39.300-000 - CNPJ 22.679.153/0001-40 Fone: 3631-1702

relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado.

**Subcláusula Única.** Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Justiça Estadual, Comarca de São Francisco.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

São Francisco, 10 de maio de 2023.

**MIGUEL PAULO SOUZA FILHO**  
Prefeito Municipal de São Francisco

*Antônio Luiz Martins Almeida*  
**ANTÔNIO LUIZ MARTINS ALMEIDA**  
Presidente da Associação Escola Família  
Agrícola da Região do Vale Do São Francisco  
- AEFVAV

## TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_  
Identidade: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

*Miguel Paulo Souza Filho*  
Nome: \_\_\_\_\_  
Identidade: *MA.730.160*  
CPF: *509.138.326-34*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
FRANCISCO – MG**

# PLANO DE TRABALHO

Conforme a Lei Federal nº 13.019/2014 ea Lei Federal nº 13.204/2015

**CONCEDENTE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO – MG**

## 1- IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome: ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - AEFVAV

Endereço Sede (Av., Rua, n.º)  
FAZENDA GRANJA PRIMAVERA

CNPJ 07.355.853/0001-95

Bairro  
ÁREA RURAL

Telefone  
(38)99951-2893

Telefone de contato  
(38)99977-4867

Endereço de contato  
Rua Leovergildo Narciso, 1507

Bairro  
Bandeirantes

Município  
São Francisco/MG

CEP  
39.300-000

E-mail  
efatabocal@yahoo.com.br

Banco  
Brasil

Agência  
0494

Conta  
36.649-8

Praça de Pagto.  
São Francisco/MG

Área de Atuação: (x) EDUCAÇÃO ( ) SAÚDE ( ) SOCIAL ( ) CULTURA ( ) ESPORTE  
( ) OUTRA: Cooperativa de produtores da agricultura familiar

## 1.1- IDENTIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE PROPONENTE

Nome: Antônio Luiz Martins Almeida

Endereço Residencial:  
Comunidade de Caldeirões

Bairro: Zona Rural

Município:  
São Francisco

CEP:  
39300-000

Telefone:  
(38) 99747-6657

Cargo:  
Presidente

CPF:  
091.649.396-26

Cart. de Identidade:  
MG-19.670.250

Órgão Expedidor:  
Polícia Civil



## 2- CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL DA ENTIDADE PROPONENTE

A Associação Escola Família Agrícola da Região do Vale do São Francisco é gestora da Escola Família Agrícola Tabocal. A mesma está em dia com todos os requisitos necessários a formalização de convênios. Uma vez que, em 2021 já formalizamos Convênio com o Estado de Minas Gerais, via Secretaria de Estado de Educação, que também exige a mesma documentação solicitada hora em foco. Este convênio com a Administração Municipal, já foi firmado em anos e administrações anteriores, cujas prestação de contas, está também em dia, sem causar nenhum ônus para o erário Municipal. O Relatório de Inspeção Sanitária está em dia e atualizado, conforme documento arquivado na Instituição. Sendo assim, os arquivos da instituição de ensino se encontram a disposição, para fiscalização do projeto proposto.

## 3- CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

**3.1 - Título do Projeto:**  
Barragem Subterrânea

### 3.2 – Objetivos:

Ministrar curso sobre a tecnologia social hídrica de barragem subterrânea: conceitos, manejo e confecção de barragens subterrâneas; selecionar áreas para construção; capacitação de alunos, produtores e técnicos e outros correlacionados.

### 3.3 – Justificativa:

No Norte de Minas são observados extremos climáticos como ondas de calor, secas ainda mais intensas e prolongadas e chuvas cada vez mais irregulares. O município de São Francisco, inserido neste contexto sofre com esta realidade.

A fonte de renda está relacionada à pecuária e a agricultura familiar, onde a escassez hídrica é fator limitante nestes sistemas.

A falta de água em sistemas de irrigação para produções mais consideráveis, seja pastagens ou agricultura, se faz insuficiente para atender a demanda existente, pois, não há pontos de captação atenda que tal necessidade.

A utilização de poços tubulares se faz insuficiente, observados os seguintes pontos: alto custo para pequeno produtor; poços comunitários são utilizados para consumo humano; geralmente a vazão dos poços não atendem as necessidades de toda comunidade.

Com a utilização de barragens subterrâneas poderemos propiciar as seguintes benefícios sociais, econômicos e ambientais: baixos custo de implantação comparados a outros sistemas; intercepta a água da chuva que escoar na superfície e dentro do solo por meio de uma parede construída transversalmente à direção das águas; são reservatórios de água potável ou para irrigação e são resistentes à contaminação por poluentes; armazenamento da água de chuva para produção de alimentos; contribui para a produção agropecuária familiar e minimizando os riscos da agricultura dependente de chuva; sustentam a manutenção dos lençóis freáticos; podem ser utilizadas de forma segura e acessível sem a necessidade de níveis avançados de tratamento.

Com o Termo de Cooperação poderemos provocaremos os acadêmicos, produtores rurais e técnicos da relevância da utilização desta tecnologia a um custo relativamente inferior a outras.

Os benefícios/informações que serão trazidas e repassadas compensarão o custeio de despesas com os técnicos da Embrapa Solos UEP Recife que são estes:

- Maria Sonia Lopes da Silva - Embrapa Solos UEP Recife: Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Alagoas (1984), mestrado em Agronomia (Ciências do Solo) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1989) e doutorado em Ciência do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000). Atualmente é pesquisadora A da Embrapa Solos UEP Recife. Tem experiência na área de Ciência do Solo, atuando principalmente nas linhas de pesquisas: manejo agroecológico do solo e em captação, armazenamento e manejo da água de chuva em áreas de escassez hídrica.
- Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1980) e mestrado em Agronomia (Ciências do Solo) pela Universidade



Federal Rural de Pernambuco (1992). Atualmente é Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Ciência do Solo. Atuando principalmente nos seguintes temas: Gênese de solo, Pedogênese, Topossequência, Regossolo.

A busca por tecnologias que possam traduzir benefícios a zona rural, principalmente agricultura familiar, que sofre com as inconstâncias climáticas, principalmente no que tange chuvas, permite que interações como estas, sejam benéficas à utilização de recursos públicos, pois estes serão revertidos em melhorias para a coletividade e consequentemente, neste contexto, a ação antrópica almeja melhorias ambientais, sustentabilidade.

### 3.4 – Metas:

- Custeio para deslocamento dos técnicos;
- Custeio para alimentação/hospedagem
- Custeio para outros serviços supervenientes.

### 3.5 - Descrição de Etapas ou Fases de execução/previsão de início e fim da execução do objeto

Etapas ou Fases de Execução	Tempo de execução (início e fim)
Custeio para deslocamento dos técnicos; Custeio para alimentação/hospedagem Custeio para outros serviços supervenientes;	22 de maio a 26 de maio de 2023.  <b>OBS: ESTA DATA REFERE-SE A TODAS AS ATIVIDADES PROPOSTAS AO LADO.</b>
Conclusão prevista (Total de meses)	33 meses

**OBS: OS RECURSOS SERÃO APLICADOS CONCOMITANTEMENTE, OU SEJA, DETERMINADO MONTANTE SE FAÇA EXEQUÍVEL À DETERMINADA META.**

### 4- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Item	Especificação do serviço/bem	Unid. de Medida	Quant.	Custos em R\$	
				Unitário	Total
01	Custeio para deslocamento dos técnicos • Valor das duas passagens: R\$ 6.000,00  • Horários dos voos • Ida: 22/05/23 Saída de Recife - 08h30 - Chegada em Belo Horizonte - 11h05 - Saída de Belo Horizonte - 12h50 - Chegada em Montes Claro - 14h05  • Volta: 26/05/23 Saída de Montes Claro - 14h55 - Chegada em Belo Horizonte (CNF) - 16h05 - Saída de Belo Horizontes (CNF) - 19h – Chegada em Recife - 21h55.	Unid.	01	6.000,00	6.000,00
02	Custeio para alimentação/hospedagem	Unid.	01	2.000,00	2.000,00
03	Custeio para outros serviços supervenientes	Unid.	01	2.000,00	2.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>10.000,00</b>

**OBS: AS ESTIMATIVAS ACIMA DESCRITAS ESTÃO SUJEITAS A OCILAÇÕES, OU SEJA, VARIAÇÕES DE MERCADO, DESPESAS E OUTROS FATORES QUE POSSAM VIR A MODIFICÁ-LAS. AS FLUTUAÇÕES PODERÃO SER OBSERVADAS CONFORME SERÃO APRESENTADAS PRESTAÇÕES DE CONTA, VIDE ITEM 6.**



**5 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO****Mês: Maio**

22

23

24

25

26

R\$ 10.000,00

**6 - INDICADORES PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS**

Será encaminhado Prestação de Contas ao Setor Jurídico, onde serão anexados os comprovantes e não sendo utilizado todo recurso, este será depositado em conta a ser designada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças. O depósito Bancário será juntado à Prestação. A transparência é essencial para que futuras parcerias não fiquem comprometidas.

**7- DECLARAÇÃO****DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL**

DECLARO que a Escola Família Agrícola - EFA Tabocal possui os requisitos necessários e as condições físicas, operacionais, técnicas e gerenciais para a execução do **Projeto BARRAGEM SUBTERRÂNEA**.

Na qualidade de representante da Escola Família Agrícola - EFA Tabocal, DECLARO para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de São Francisco, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o município, que impeça a transferência de recursos de dotações consignadas no orçamento.

São Francisco, 02 de Maio de 2023.

ANTÔNIO LUIZ  
MARTINS  
ALMEIDA: 051649  
39525

Escritório de Apoio Social  
por ANTONIO L. Z. MARTINS  
FARMACIA CONSULTORIA  
Data: 02/05/2023  
0100

REPRESENTANTE DO PROPONENTE



**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO VALE DO SÃO FRANCISCO - AEFVAV**

Aos 09 (nove) dias do mês de abril de 2007 (dois mil e sete) foi realizada mais uma Assembleia Geral, com o objetivo específico de alterar o Estatuto em obediência às normas do Conselho Municipal de Assistência Social e Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes - SEDESE. Dando início o Presidente explicou o motivo da mesma e a necessidade de alterar alguns artigos do Estatuto da Entidade conforme normas exigidas pela SEDESE. O Presidente falou sobre alguns itens a serem alterados discutindo com a Assembleia, ficando finalmente aprovado os seguintes itens que passam a incorporar o Estatuto a partir da presente data: I - da Admissão: Dar-se-a a pedido do interessado dirigido formalmente ao Presidente por escrito, não poderá ser negado se pedido se preenchido os requisitos. Qualquer decisão contrária será submetida à Assembleia Geral. Podem integrar à Associação todos os moradores da região do Vale do São Francisco em qualquer idade. Menores de 18 (dezoito) anos não terão direito a cargos eletivos e com 16 anos podem votar sendo considerados sócios dependentes. II - Demissão: Todos são livres para demitir-se da Associação em qualquer tempo desde que justificado. O sócio que se demitir sem justificar não mais poderá fazer parte da organização. III - Exclusão: Ocorrerá por morte física do associado, incapacidade civil não suprida, ausência nas reuniões, isto em número de três consecutivas sem justificativas ou permanência da Associação. IV - Fontes de Recursos para Manutenção: A Associação se manterá com recursos provenientes de contribuição dos associados, doações da sociedade, promoções tais como: leilões, festas comunitárias. V - Compete Exclusivamente a Assembleia Geral: Eleger os administradores, destitui-los, apreciar as contas e alterar o Estatuto e o Regimento Interno. VI - A Associação não distribuirá dividendos de espécie alguma nem parcela de seu superávit. Eventualmente no seu exercício financeiro e nas suas atividades, no desenvolvimento das suas finalidades sociais no Território Nacional. VII - No caso de Dissolução da Instituição: Os bens remanescentes serão destinados à outra instituição congênere com personalidade jurídica que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou Entidade Pública. Não havendo nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião, na qual, eu Maria de Lourdes de Araújo Barbosa, secretariei e lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e demais membros presentes. São Francisco - MG 09 de abril de 2007.

*Jose Antonio Rodrigues Magalhães*  
José Antônio Rodrigues Magalhães  
Presidente da AEFVAV

*Maria de Lourdes de Araújo Barbosa*  
Maria de Lourdes Araújo Barbosa  
Secretária

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) SUPRA(S)

DE *Jose Antonio Rodrigues Magalhães e Maria de Lourdes de Araújo Barbosa*  
*13/06/07*

**Selo de Fiscalização**  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
AJN 24304

RECONHECIMENTO DE FIRMA  
AJN 24305

*02*  
verdade. O Tabelião  
CARFÓRIO DE NOTAS DO OFÍCIO  
TABELIÃO: *OSCAR RODRIGUES CORDEIRO*  
RECONHEÇO: *OSCAR RODRIGUES CORDEIRO*



CARTÓRIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
PESSOAS JURÍDICAS

APONTADO DIA 13 AS 11:18 HS PROTOCOLO A-7

SOB Nº 7.401 B-33

SOB Nº 7.401 13/06/07 CO. FE.

SÃO FRANCISCO-MG, 13 / JUNHO / 2.007

*Amadeu Gomes da Mata Santana*  
O OFICIAL DO REGISTRO

Amadeu Gomes da Mata Santana  
Viviani Gomes da Mata Santana  
Substituto do Registro de Títulos,  
Documentos e Pessoas Jurídicas  
São Francisco - MG

CNPJ: 05.231.200/0001-79

SÃO FRANCISCO CARTÓRIO DE REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

RUA SILVA JARDIM, Nº 310 - CENTRO  
CEP 39.300-000 - SÃO FRANCISCO - MG





ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA  
DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - AEFV



CAPÍTULO 1: DA NATUREZA

66-2801-04

Artigo 1: Fica constituída a ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO na data de 20/10/2004 denominada pela sigla AEFV, com sede na fazenda Tabocal Município de São Francisco- MG, fórum na comarca de São Francisco, entidade civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, composta de famílias, pais e mães de alunos, alunos, ex-alunos e entidades afins, tendo como área de abrangência os municípios: São Francisco, Pintópolis, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Januária e municípios circunvizinhos.

CAPÍTULO 2: DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Artigo 2: AEFV tem como objetivos gerais :

- a) Oferecer ensino médio com formação profissional de nível técnico para jovens filhos de agricultores familiares;
- b) Buscar a promoção do desenvolvimento rural sustentável, através da educação/formação, valorizando o espírito de solidariedade, respeitando o meio ambiente.
- c) Implementar a formação integral, a capacitação, o aperfeiçoamento e a habilitação profissional de jovens e adulto do meio rural, em vista da melhoria, da qualidade de vida das pessoas e do meio.

Artigo 3: são objetivos específicos da AEFV promover a qualidade da educação no meio rural buscando:

- a) Articular agricultores familiares, trabalhadores rurais, associações, Centro de Tecnologia Alternativa, Sindicato dos Trabalhadores Rurais para auto-gestionar e administrar a escola Família Agrícola Tabocal;
- b) Promover ações para se obter recursos mediante promoções convênios celebrados com instituições governamentais (Prefeituras, Estado e União) e não governamentais, nacionais e internacionais, bem como pessoas físicas e jurídicas interessadas em apoiar o projeto.







CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
JURÍDICAS DE SÃO FRANCISCO COMARCA DE  
SÃO FRANCISCO - ESTADO DE MINAS GERAIS

REGISTRADO HOJE NO LIVRO A-26 AS FOLHAS

26 e 27, SOB Nº 866, EM DATA

DE DO MÊS DE NOVEMBRO DE 20 14

TUDO<sup>2º</sup> O REFERIDO É VERDADE DO QUE DOU FÉ.

*Viviani Gomes da Mata Santana*

*Amadeu Gomes da Mata Filho* - Oficial

*Viviani Gomes da Mata Santana* - Substituta

*Viviani Gomes da Mata Santana*  
Substituta de Registro de Títulos,  
Documentos e Pessoas Jurídicas  
São Francisco - MG

05.231.200/0001-79

SÃO FRANCISCO CARTÓRIO DE  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E  
PESSOAS JURÍDICAS

AV. PRESIDENTE JUSCELINO, 775

CENTRO - CEP 36300-000

SÃO FRANCISCO - MINAS GERAIS





1. Associação autônoma,
2. Pedagogia da Alternância e seus instrumentos didáticos pedagógicos
3. Formação integral do jovem trabalhador rural
4. Desenvolvimento rural sustentável

d) Ajudar na conscientização e organização dos trabalhadores rurais a respeito do seu papel decisivo na formação dos próprios filhos, incentivando-os e envolvendo-os no projeto específico da EFA.

e) Prestar serviços em mutirões e outros em atividades de construção, recuperação dos prédios, produção na propriedade etc.

f) Educar para uma consciência ecológica buscando práticas agrícolas alternativas, viáveis, sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

g) Estimular e apoiar "A Agricultura Familiar" buscando incorporar novas culturas economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis para a região, respeitando a cultura, as tradições e conhecimentos acumulados dos trabalhadores.

h) Lutar por alternativas de vida no campo combatendo o êxodo rural.

i) Desenvolver projetos de melhorias nas propriedades rurais.

j) Engajar na luta pela organização dos trabalhadores rurais, alunos e ex-alunos.

k) Tornar a EFA um centro de referência de promoção e desenvolvimento do meio rural, criando espaço para atividades diversas dos movimentos populares do campo.

l) Promover cursos para aprimoramento e capacitação dos agricultores, trabalhadores rurais e alunos.

m) Incentivar e apoiar as organizações de mulheres em vista da conquista de seus direitos, do combate a violência doméstica e externa, do machismo e toda forma de marginalização da mulher.

n) Lutar para formar alternativa de trabalho, produção e comercialização através de grupos informais, associações cooperativas, bem como combater a exploração do trabalho infantil.

o) Lutar contra toda forma de preconceito racial, de gênero, geração e de religião, buscando a construção de uma sociedade justa e solidária.

p) Capacitar e habilitar aprendendo a diversificação de profissionais rurais.





CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
JURÍDICAS DE SÃO FRANCISCO COMARCA DE  
SÃO FRANCISCO - ESTADO DE MINAS GERAIS  
REGISTRADO HOJE NO LIVRO 4-6 AS FOLHAS

26 a 27, S.º N.º 866, EM DATA  
DE 24 DO MÊS DE NOVEMBRO DE 20 114  
TODO O REFERIDO É VÁLIDO LO QUE DOU FE.

*Viviani Gomes da Mata Santana*

*Amadeu Gomes da Silva Filho* - Oficial

*Viviani Gomes da Mata Santana* Substituta

Substituta do Registro de Títulos,  
Documentos e Pessoas Jurídicas  
São Francisco - MG

05.231.200/0001-79

SÃO FRANCISCO CARTÓRIO DE  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E  
PESSOAS JURÍDICAS

AV. PRESIDENTE CARLOS, 775  
CENTRO - CEP 39300-000  
SÃO FRANCISCO - MINAS GERAIS







Artigo 4: A instituição visa a apresentação de serviço que possa contribuir para a melhoria das condições de vida dos associados e seus familiares, e para tanto, tem como FINALIDADES:

- a) proteção à saúde da família, da maternidade, da infância e velhice, através de incentivos ao aleitamento materno, campanhas de combates a doenças transmissíveis e o infecto-contagiosa, em integração com órgãos competentes;
- b) combate a fome e pobreza, através da educação orientada, incentivos e de infra-estruturas, possibilitando a melhoria das condições de trabalho dos associados e familiares;
- c) integração dos seus associados em projetos empreendedores, através da promoção de cursos profissionalizantes levando em conta a cultura local e/ou regional;
- d) habilitar ou reabilitar as pessoas portadoras de deficiências;
- e) Promoção e divulgação da cultura de esporte e lazer;
- f) proteção do meio ambiente através de integração com entidades através de parcerias, para promoção de campanhas e outros treinamentos para conservação do solo, nascente, fauna e flora.
- g) Adquirir, construir ou alugar móveis e imóveis necessários as instalações administrativas e recreativas, requerer junto a órgão competentes, melhorias para a comunidade e outros, segundo o compêndio estatutário.

### CAPITULO 3: DOS SÓCIOS

Artigo 5: A AEFVAV constitui-se de pessoas físicas e jurídicas, interessadas no desenvolvimento do meio rural através da educação em Alternância.

§1º: Prioritariamente a AEFVAV compõe-se de pais, mães de alunos, alunos maiores de 16 anos de idade, pessoas e entidades.

§2º: Os sócios são caracterizados nos seguintes tipos:

- a) SOCIOS NATOS (FUNDADORES)- Constitui-se a categoria dos sócios natos os membros fundadores da AEFVAV com direito de votarem e de serem votados nas Assembleias Gerais.
- b) SOCIOS ATIVOS- Constitui-se a categoria de sócios ativos todos os sócios natos e os demais sócios admitidos posteriormente mediante a aprovação da Assembleia Geral com direito de votarem e de serem votados.





CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
JURÍDICAS DE SÃO FRANCISCO COMARCA DE  
SÃO FRANCISCO - ESTADO DE MINAS GERAIS  
REGISTRADO HOJE NO LIVRO A-6 ÀS FOLHAS

26 a 27, S.B. N. 866, EM DATA  
DE 24 DO MÊS DE NOVEMBRO DE 20 04.  
TODO O REFERIDO É VERDADE LO QUE DOU FE.

*Viviani Gomes da Mata Santana*  
Amadeu Gomes da Mata Filho - Oficial  
Viviani Gomes da Mata Santana - Substituta

Viviani Gomes da Mata Santana  
Substituta do Registro de Títulos,  
Documentos e Pessoas Jurídicas  
São Francisco - MG

105.231.200/0001-79  
SÃO FRANCISCO CARTÓRIO DE  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E  
P. J. JURÍDICAS

AV. PRESIDENTE JÂNIO QUINIZ, 775  
CENTRO - CEP 36300-000  
SÃO FRANCISCO - MINAS GERAIS







- c) SOCIOS INATIVOS- Pais de ex- alunos que não manifestarem interesse para continuar como sócio pessoa ou entidades afastadas ou desistentes.
- d) SOCIOS COLABORADORES OU HONORARIOS - Constituem a categoria de sócios colaboradores ou honorários as pessoas ou entidades que, pertencendo ou não a AEFAPV prestarem serviços relevantes a EFA e assim, são considerados mas não tem direito a votar e ser votado nas Assembleias Gerais.

§3º: As entidades que participam como sócios natos e ativos têm direito a um voto nas Assembleias Gerais.

§4º: As entidades compreendidas como sócios colaboradores não votam e não são votados nas Assembleias.

§5º: O pai e a mãe ou responsável por alunos da EFA Taboca são sócios ativos a partir do ato da matrícula na EFA, onde devem assinar um Contrato de Formação esclarecendo a especificidade da EFA e suas responsabilidades na associação. Este procedimento deve ser consolidado na Assembleia Geral do início do ano, onde deve constar-se em ata a admissão de novos sócios.

#### Artigo 6: Direito e dever dos sócios:

- a) - Participar da Assembleia Geral ordinárias e extraordinárias.
- b) - Votar e ser votado nas Assembleias
- c) - Convocar a Assembleia Geral extraordinária com assinatura de 1/5 (um quinto) dos sócios ativos com plenos direitos.
- d) - Usufruir de todos os benefícios da Associação.
- e) - Participar ativamente em toda a vida da EFA.

§único - Só poderão usufruir dos seus direitos, os sócios quites com suas obrigações sociais.

#### CAPITULO 4: DA ADMINISTRAÇÃO

67 DP 40 07

Artigo 7º: São órgãos de administração da AEFAPV.

- 1º - Assembleia Geral.
- 2º - Conselho administrativo.
- 3º - Comissão executiva
- 4º - Conselho Fiscal





CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
JURÍDICAS DE SÃO FRANCISCO COMARCA DE  
SÃO FRANCISCO - ESTADO DE MINAS GERAIS  
REGISTRADO HOJE NO LIVRO A-6 AS FOLHAS

26 a 27, SEC. Nº 866, EM DATA  
DE 24 DO MÊS DE NOVEMBRO DE 20 04  
TUDO O REFERIDO É VERDADE DO QUE DOU FÉ.

*Viviani Gomes da Mata Santana*

*Amadeu Gomes da Mata Filho* - Oficial

*Viviani Gomes da Mata Santana* - Substituta

105.231.200/0001-79

SÃO FRANCISCO CARTÓRIO DE  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E  
PESSOAS JURÍDICAS

AV. PRESIDENTE JUSCELINO, 175  
CENTRO - CEP 36009-000  
SÃO FRANCISCO - MINAS GERAIS

*Viviani Gomes da Mata Santana*  
Substituta do Registro de Títulos,  
Documentos e Pessoas Jurídicas  
São Francisco - MG



Artigo 8º: A ASSEMBLEIA GERAL é órgão Máximo da AEFV e suas deliberações serão tomadas como válidas tendo a votação da maioria simples de votos dos sócios em pleno direito dentro a associação conforme regimento interno e o estatuto.

Artigo 9º: As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias, podendo ser convocadas pelo conselho administrativo, Presidente, pelo diretor da escola ou 1/5 do número de sócios.

§ único - A Assembleia Geral se instalará, em primeira convocação, com metade mais um dos sócios em pleno direito e em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número, não sendo inferior a 1/3, devendo ambas constarem do edital de convocação;

Artigo 10º:- A Assembleia Geral ordinária realizar-se-á anualmente e deve ser convocada com antecedência mínima de 15 dias com edital e assuntos previstos.

Artigo 11º: A Assembleia Geral Ordinária deliberará os seguintes assuntos:

- a) Eleição do Conselho Administrativo,
- b) Admissão e demissão de sócios,
- c) Prestação de contas e previsão orçamentária para projetos de interesses dos sócios e da escola,
- d) Propor e aprovar reformas no estatuto e regimento interno,
- e) Aprovar o relatório de atividades do plano de trabalho da associação,
- f) Dissolver a associação,
- g) Discutir todos os assuntos de interesse da associação, tendo em vista os seus objetivos.

Artigo 12º: O CONSELHO ADMINISTRATIVO será composto de 09 membros, sendo, no mínimo, 60% de trabalhadores rurais pais ou mães de alunos e/ou de ex-alunos.

Artigo 13º: O conselho administrativo após ser eleito, se reúne e <sup>apresenta</sup> escolhe entre os membros a Comissão Executiva, formadas de Presidentes e vice, secretário e vice, tesoureiro e vice, os quais serão apresentados à Assembleia Geral e homologados pela votação da maioria simples de votantes.

§1º: Os demais membros atuam em comissão de serviços de acordo com as necessidades e o planejamento de atividades da AEFV.





CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
JURÍDICAS DE SÃO FRANCISCO COMARCA DE  
SÃO FRANCISCO - ESTADO DE MINAS GERAIS  
REGISTRADO HOJE NO LIVRO A-6 ÀS FOLHAS  
26 a 27, SUB N. 866, EM DATA  
DE 24 DO MÊS DE NOVEMBRO DE 20 04  
TODOS O REFERIDO E VERDADE DO QUE DOU FÉ.

*Viviani Gomes da Mata Santana*

Amadeu Gomes da Mata Filho - Oficial

Viviani Gomes da Mata Santana - Substituta

Viviani Gomes da Mata Santana  
Substituta do Registro de Títulos,  
Documentos e Pessoas Jurídicas  
São Francisco - MG

231.200/0001-79  
SÃO FRANCISCO CARTÓRIO DE  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E  
PESSOAS JURÍDICAS

AV. PRESIDENTE JACQUELINE, 775  
CENTRO - CEP 35000-000  
SÃO FRANCISCO - MINAS GERAIS







§2º: O presidente será sempre agricultor pai ou mãe de aluno ou de ex-alunos

§3º: O Diretor (Coordenador) da EFA atuara como secretario executivo da AEFAY, sem direito de votar e de ser votado, tendo somente direito a voz.

Artigo 14º: O Conselho administrativo renovar-se-a a cada 2 anos, 50% dos seus membros, mediante a aprovação da Assembleia Geral, por maioria simples de votos.

Artigo 15º: O Conselho Administrativo reunir-se-a de 3 em 3 meses, podendo reunir mais vezes de acordo com as necessidades, mediante a convocação do Presidente, do Diretor da EFA ou de 1/5 de seus membros.

Artigo 16º: A Comissão executiva terá mandato de 4 anos podendo ser reeleita por mais um mandato, mediante a aprovação da Assembleia Geral, por maioria simples dos votos.

§ Único: Caso haja uma vacância em qualquer um dos cargos da comissão executiva o cargo será preenchido com um dos membros do conselho da administração, escolhido em reunião ordinária ou extraordinária do conselho.

Artigo 17º: São atribuições do Comissão Executiva:

- Reunir-se mensalmente ou extraordinariamente, mediante convocação do presidente.
- Executar todas as atividades da associação e gerir seus interesses pedagógicos, administrativos e econômicos de acordo com as diretrizes da Assembleia Geral.
- Registrar em atas todas as atividades e deliberações e suas reuniões.
- Representar a EFA perante as autoridades publicas, jurídicas e administrativas.

§ Único: A comissão executiva terá um caráter executivo e o conselho administrativo terá função deliberativa em consonância com as decisões da Assembleia Geral.

Artigo 18º: São atribuições do Presidente:

- Preparar, convocar e presidir as Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias, reuniões do Conselho Administrativo, da Comissão





CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
JURÍDICAS DE SÃO FRANCISCO COMARCA DE  
SÃO FRANCISCO - ESTADO DE MINAS GERAIS  
REGISTRADO HOJE Nº 1170 A-6 AS FOLHAS  
26 a 27, 2 B 3º 866 EM DATA  
DE 24 DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2004  
TODOS O REFERIDO E VALIDE LO QUE DOU FE.

*Viviani Gomes da Mata Santana*

*Amadeu Gomes da Mata Filho* - Oficial

*Viviani Gomes da Mata Santana* - Substituta

05.231.200/0001-79

SÃO FRANCISCO CARTÓRIO DE  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E  
PESSOAS JURÍDICAS

AV. PRESIDENTE JUSCELINO, 775  
CENTRO - CEP 33309-000  
SÃO FRANCISCO - MINAS GERAIS

Viviani Gomes da Mata Santana  
Substituta do Registro de Títulos,  
Documentos e Pessoas Jurídicas  
São Francisco - MG





Executiva ou delegar este poder para outro membro da Comissão Executiva ou Conselho Administrativo;

- b) Reapresentar a AEFV ativa e passivamente perante quaisquer repartições publicas, municipais, estaduais, federais e internacionais;
- c) Autorizar pagamentos e credito, abrir conta, emitir e endossar cheques e ordens bancarias em conjunto com tesoureiro;
- d) Apresentar a Assembléa Geral os relatórios de atividades anuais;
- e) Estabelecer, juntamente com a Comissão Executiva o limite de dispêndio a serem autorizados com recurso do caixa.

Artigo 19º: Competente ao (a) secretario (a):

- a) Lavrar ou nomear membro da Associação para lavrar atas das reuniões Ordinárias ou Extraordinária da associação responsabilizar pelos livros de registro da Associação.
- b) Cuidar da comunicação interna e externa da Associação e da EFA.
- c) Outras atribuições que venham a ser feita pela diretoria ou Assembléa Geral.

Artigo 20º: São atribuições do (a) Tesoureiro (a):

- a) Proceder ou autorizar procedimentos de estruturação dos livros caixa mantendo-o sobre sua responsabilidade;
- b) Outras atribuições que venham a ser estabelecidas pela Comissão Executiva, Assembléa Geral ou regimento interno;
- c) Autorizar pagamento e credito, abrir contas, emitir e endossar cheques e ordens bancarias em conjunto com o presidente;
- d) Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributarias, previdenciárias e outras devidas ou da responsabilidade da Associação.

## Capitulo 5º: DO CONSELHO FISCAL

Artigo 21º: - O conselho fiscal compõe-se de 6 membros: 3 efetivos e 3 suplentes, eleito pela Assembleia Geral.

§ Único: Em cada eleição do Conselho fiscal deverá ser garantida pelo menos a renovação de 2/3 de seus membros.

*De quanto em qto tempo renova? Conselho Fiscal*





CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
JURÍDICAS DE SÃO FRANCISCO COMARCA DE  
SÃO FRANCISCO - ESTADO DE MINAS GERAIS  
REGISTRADO HOJE NO LIVRO A-6 AS FOLHAS  
26 a 27, S. B. Nº 866, EM DATA  
DE 24 DO MÊS DE NOVEMBRO DE 20 04  
TODOS O REFEITO E VENDO DE LUGAR QUE DOU FÉ.

Viviani Gomes da Mata Santana

Amadeu Gomes da Mata Filho - Oficial

Viviani Gomes da Mata Santana - Substituto

Viviani Gomes da Mata Santana  
Substituto do Registro de Títulos,  
Documentos e Pessoas Jurídicas  
São Francisco - MG

231.200/0001-79

SÃO FRANCISCO CARTÓRIO DE  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E  
PESSOAS JURÍDICAS

AV. PRESIDENTE JUSCELINO, 175  
CENTRO - CEP 38001-100  
SÃO FRANCISCO - MINAS GERAIS



Artigo 22º: - Compete ao Conselho fiscal opinar sobre relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para apreciação da Assembleia Geral.

*Assinatura*

§1º: - A assembleia Geral não poderá apreciar ou decidir a respeito das contas apresentadas pelo Conselho Administrativo se não houver parecer correspondente emitido pelo conselho fiscal.

§2º: - As decisões do Conselho fiscal serão sempre tomadas por maioria absoluta. No entanto, nos casos em que não ocorra a unanimidade, as posições divergentes deverão ser apresentadas ao conhecimento da Assembleia Geral.

## Capítulo 5º: DO PATRIMÔNIO SOCIAL E RECEITA

Artigo 23º: - Constitui-se patrimônio da ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO VALE DO SÃO FRANCISCO - AEFV:

### §1º. Receitas:

- a) Contribuição social aprovada em Assembleia Geral;
- b) Renda de eventos promovidas pelos Associados alunos e monitores;
- c) Projeto financeiro conseguidos através de doações de entidades governamentais e não governamentais;
- d) Convênios com órgão públicos e privados;
- e) Legados e renda extraordinários;
- f) Renda de produção da propriedade da EFA.

### §2º. - Patrimônio Social:

- a) Bens moveis e imóveis que venham a ser adquiridos;
- b) Veículos;
- c) Propriedades intelectual;
- d) Semoventes;
- e) Ações e títulos que a AEFV possuir ou vier adquirir.

Artigo 24º: A administração do patrimônio e receitas constituída compete a Comissão Executiva e o Conselho Administrativo.





CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
JURÍDICAS DE SÃO FRANCISCO COMARCA DE  
SÃO FRANCISCO - ESTADO DE MINAS GERAIS  
REGISTRADO HOJE Nº 10.000 A-6 ÀS FOLHAS  
26 a 27, 1966 866, EM DATA  
DE 24 DO MÊS DE NOVENBRO DE 20 04  
TODO O REFLIXO É VERDADEIRO QUE DOU FE.

*Viviani Gomes da Mota Santana*

*Amadeu Gomes da Mota Filho* - Oficial  
*Viviani Gomes da Mota Santana* - Substituta

*Viviani Gomes da Mota Santana*  
Substituta do Registro de Títulos,  
Documentos e Pessoas Jurídicas  
São Francisco - MG

05.231.200/0001-79

SÃO FRANCISCO CARTÓRIO DE  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E  
PESSOAS JURÍDICAS

AV. PRESIDENTE JUSCELINO, 775  
CENTRO - CEP 39300-000  
SÃO FRANCISCO - MINAS GERAIS







Artigo 25º: Nenhum bem móvel ou imóvel pertencente ao patrimônio social se reverterá em benefício próprio e não poderá ser penhorado, vendido, hipotecado ou incorporado sem expressa autorização da assembleia Geral.

Artigo 26º: Em caso de dissolução, o patrimônio social se reverterá em benefício para uma associação congênere, juridicamente constituída e registrada no Conselho Nacional da Assistência Social (CNA5).

#### CAPITULO 7º: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 27º: - As atividades dos membros dos conselhos Administrativos da AEFV, bem como as dos sócios, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vetado o recebimento de qualquer lucro, gratificação ou vantagem, e a renda, eventualmente apurada, será revertida em prol de atividades gratuitas e beneficentes da instituição EFA.

§ Unico- Os monitores são funcionários da Associação, por isso não pode fazer parte do quadro de sócios, de votarem e serem votados, mas tem o direito a voz nas Assembleias.

Artigo 28º: A Associação não poderá interferir em assuntos religiosos ou político-partidária bem como repassar recursos para o exterior.

Artigo 29º: Os assuntos internos da Escola Família Agrícola: Projeto pedagógico, calendário anual, regimento escolar, planejamento curricular, avaliação, matrícula etc. deverão passar por discussões e aprovação na comissão executiva e Conselho Administrativo da AEFV.

Artigo 30º: A ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO VALE DO SÃO FRANCISCO - AEFV, possui autonomia na sua área de atuação, mas esta integrada a Associação Mineira da Escola Família Agrícola- AMEFA -através de filiação solicitada e aprovada pela Assembleia Geral e União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil.-UNEFAB- mediante filiação requerida e aprovada pela Assembleia Geral.

Artigo 31º:- Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pelo conselho Administrativo ou pela maioria simples de sócios na Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, convocada para este fim.

Artigo 32º: -O presente estatuto não poderá entrar em vigor, bem como qualquer mudança não poderão acontecer antes da decisão e aprovação de





CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
JURÍDICAS DE SÃO FRANCISCO COMARCA DE  
SÃO FRANCISCO - ESTADO DE MINAS GERAIS  
REGISTRADO HOJE NO LIVRO A-6 AS FOLHAS  
26 a 27, SOB N.º 866, EM DATA  
DE 24 DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2004  
TODO O REFERIDO É VERDADE LO QUE DOU FE.

*Viviani Gomes da Mota Santana*

*Amador Gomes da Mota Filho* - Oficial  
*Viviani Gomes da Mota Santana* - Substituta  
*Viviani Gomes da Mota Santana*  
Substituta do Registro de Títulos,  
Documentos e Pessoas Jurídicas.  
São Francisco - MG



75.231.200/0001-79

SÃO FRANCISCO CARTÓRIO DE  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E  
PESSOAS JURÍDICAS

AV. PRESIDENTE JUSCELINO, 775  
CENTRO - CEP 39200-800  
SÃO FRANCISCO - MINAS GERAIS





2/3 dos associados, com direito a voto em primeira convocação e quaisquer numero em segunda convocação, não podendo, entretanto, haver modificação 90 dias antes da eleição.

São Francisco 20 de outubro de 2004

2º OFÍCIO

JOÃO JOSÉ RIBEIRO  
Assinatura do PRESIDENTE

2º OFÍCIO

[Signature]  
Assinatura do SECRETARIO

2º OFÍCIO

LLS 048-1415 39.375  
Assinatura do (a) ADVOGADO (a)



RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) SUPRA(S)  
DE João José Ribeiro  
João José Ribeiro  
João José Ribeiro  
Dout. São Francisco (MG) 16.177.104  
Em testemunho da S verdade. O Tabelião  
[Signature]  
CARTÓRIO DE NOTAS 2º OFÍCIO  
Tutor: DIFANIO RODRIGUES CORREIA  
Escriturário: ERESON MENDES RODRIGUES





CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
JURÍDICAS DE SÃO FRANCISCO COMARCA DE  
SÃO FRANCISCO - ESTADO DE MINAS GERAIS  
REGISTRADO HOJE NO LIVRO A-6 AS FOLHAS

26 a 27, S.º N.º 866, EM DATA  
DE 24 DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2004  
TODO O REFERIDO É VERDADE DO QUE DOU FÉ.

*Viviani Gomes da Mata Santana*

*Amadeu Gomes da Mata Filho* - Oficial  
*Viviani Gomes da Mata Santana* - Substituta

*Viviani Gomes da Mata Santana*  
Substituta do Registro de Títulos,  
Documentos e Pessoas Jurídicas  
São Francisco - MG



001-0000001-70  
SANTANA GOMES DA MATA SANTANA  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
SÃO FRANCISCO - MINAS GERAIS  
001-0000001-70  
SANTANA GOMES DA MATA SANTANA  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
SÃO FRANCISCO - MINAS GERAIS





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
07.355.853/0001-95  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
24/11/2004

NOME EMPRESARIAL  
ASSOCIACAO ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DA REGIAO DO VALE DO SAO FRANCISCO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

PORTE  
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
85.20-1-00 - Ensino médio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO  
FAZ GRANJA PRIMAVERA

NÚMERO  
SN

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CEP  
39.300-000

BAIRRO/DISTRITO  
ZONA RURAL

MUNICÍPIO  
SAO FRANCISCO

UF  
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
BETHCONTABILIDADE@YAHOO.COM.BR

TELEFONE  
(38) 3631-2539/ (38) 9808-5132

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
24/11/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/09/2023 às 18:10:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio - Fazenda Granja Primavera - São Francisco - MG - Fone: 35 9 9051-2893 - E-mail: [afabocul@yahoo.com.br](mailto:afabocul@yahoo.com.br). Aprovado pelo Parecer 1247 de 03 de novembro de 2007 e Portaria nº 1136 de 04 de dezembro de 2007. Reconhecimento de Reconhecimento pelo Parecer CEE nº 42 de 03 de março de 2020. Portaria SEE/MG nº 154 de 17 de março de 2020. Acreditação pelo Parecer CEE/MG nº 47/2020 de 04/05/2020 - Portaria SEE/MG nº 885/2020 de 15/05/2020.

# ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - AEFV, EM ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO E POSSE DOS NOVOS MEMBROS DO NOVO CONSELHO AEFV PARA O BIÊNIO DE 2022 A 2024.

Às vinte e cinco dias do mês de agosto do dois mil e vinte dois, às oito horas e trinta minutos no salão de eventos da sede da Escola Família Agrícola Tabocal, situada à Fazenda Granja Primavera - São Francisco - MG, reuniram os sócios da AEFV e parentes, ao final desta relação, representantes da Associação Mineira das Escolas Familiares Agrícolas-AMEFA, Idalino Firmino dos Santos e Ricardo Ferreira Vital, com a seguinte ordem do dia: 1. Prestação de contas dos anos de 2020, 2021 e até o mês de agosto de 2022. 2. Eleição e posse do Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, conforme Edital de Convocação. Passando aos assuntos da ordem do dia, o presidente, nomeou a mim, Nilva Vieira da Paz para secretária esta assembleia. Nomeou também Idalino Firmino dos Santos e Ricardo Ferreira Vital para coordenar a assembleia e a comporem a comissão de eleição. Passando ao primeiro assunto da ordem do dia - foi a prestação de contas referente aos anos de 2020, 2021 e até agosto de 2022 da AEFV. A Sugestão é de que o novo Conselho Fiscal, logo empossado, possa fazer a análise da prestação de contas e emitir o parecer. A Assembleia Geral acompanhando o Conselho Fiscal aprovou também, por unanimidade a mesma. Passando ao segundo assunto da ordem do dia - Eleição e posse do Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, procederam-se da seguinte forma: O Conselho Administrativo, composto por nove integrantes, foi eleito pela Assembleia Geral, são: Cássica Braga de Almeida, Nelva de Fátima Ribeiro Silva de Jesus, Celso Barbosa dos Santos, Paula Gracyele Maciel, Antônio Luiz Martins Almeida, Ilberto Ribeiro Lopes, Patrícia Moreira Coutinho, Cleudina Gonzaga Lisboa dos Santos, Carlione Mota Ferreira e na sequência, conforme ainda o estatuto, os conselheiros indicados se reuniram a parte para elegerem a diretoria executiva composta pelos cargos de presidente e vice presidente, secretário e vice secretário e tesoureiro e vice tesoureiro. Os cargos ficaram assim definidos: Presidente: Antônio Luiz Martins Almeida CPF: 091.648.388-26 e RG: MG 19.970.260, solteiro, Agricultor Familiar, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Comunidade de Caldeirões, município de São Francisco MG; Vice Presidente: Cleudina Gonzaga Lisboa dos Santos, CPF: 087.845.345-18 e RG - MG 21.248.714, casada, Agricultora Familiar, residente e domiciliada à Comunidade Paraterra III, município de Pintópolis MG; Tesoureira: Patrícia Moreira Coutinho dos Reis CPF: 687.945.608-09 e RG - MG 17.661.731, casada, Agricultora Familiar, residente e domiciliada à rua A, nº 50 - bairro Sobradinho, em São Francisco MG; Vice Tesoureira - Ilberto Ribeiro Lopes, casado, Agricultor Familiar, residente e domiciliado à Comunidade Brejo da Felicidade, município de São Francisco MG, CPF: 914.510.271-68 e RG 1981817 SSP DF; Secretária: Nelva de Fátima Ribeiro Silva de Jesus, casada, Agricultora Familiar, residente à Comunidade Boca do Mato, município de São Francisco MG, CPF - 036.612.335-56, RG - MG 11.617.459; Vice Secretária -

Elaborado e assinado pelo secretário da Assembleia Geral.

São Francisco, 25 de agosto de 2022.

Assinatura do Presidente da Assembleia Geral.

Assinatura do Vice Presidente da Assembleia Geral.

Assinatura do Tesoureiro da Assembleia Geral.

Assinatura do Vice Tesoureiro da Assembleia Geral.

Assinatura do Secretário da Assembleia Geral.

Assinatura do Vice Secretário da Assembleia Geral.

Assinatura do Presidente do Conselho Administrativo.

Assinatura do Vice Presidente do Conselho Administrativo.

Assinatura do Presidente do Conselho Fiscal.

Assinatura do Vice Presidente do Conselho Fiscal.

Assinatura do Presidente do Conselho de Monitoria.

Assinatura do Vice Presidente do Conselho de Monitoria.

Assinatura do Presidente do Conselho de Avaliação.

Assinatura do Vice Presidente do Conselho de Avaliação.



## QUADRO DE DIRIGENTES EFA

<p><b>Nome:</b> Antônio Luiz Martins Almeida  <b>CPF:</b> 091.649.396-26  <b>Endereço:</b> Fazenda Veredinha, Comunidade de Caldeirões, São Francisco-MG.  <b>Cargo:</b> Presidente</p>	<p><b>Nome:</b> Cleudna Gonzaga Lisboa dos Santos  <b>CPF:</b> 087.846.346-18  <b>Endereço:</b> Comunidade Paraterra III, Pintópolis-MG.  <b>Cargo:</b> Vice-Presidente</p>
<p><b>Nome:</b> Patrícia Moreira Coutinho dos Reis  <b>CPF:</b> 087.945.606-09  <b>Endereço:</b> Rua A, nº 50, Bairro Sobradinho, São Francisco-MG.  <b>Cargo:</b> Tesoureira</p>	<p><b>Nome:</b> Ilberto Ribeiro Lopes  <b>CPF:</b> 914.510.271-68  <b>Endereço:</b> Comunidade Brejo da Felicidade, São Francisco-MG.  <b>Cargo:</b> Vice Tesoureiro</p>
<p><b>Nome:</b> Neiva de Fátima Ribeiro Silva de Jesus  <b>CPF:</b> 066.612.336-56  <b>Endereço:</b> Comunidade Boca do Mato, São Francisco-MG.  <b>Cargo:</b> Secretária</p>	<p><b>Nome:</b> Carlione Mota Ferreira  <b>CPF:</b> 065.155.536-17  <b>Endereço:</b> Comunidade Travessão de Minas, São Francisco-MG.  <b>Cargo:</b> Vice Secretária</p>
<p><b>Nome:</b> Géssica Braga de Almeida  <b>CPF:</b> 084.155.256-80  <b>Endereço:</b> Rua Tazinho Vieira, nº 2604, Conjunto Habitacional Eldorado, São Francisco-MG.  <b>Cargo:</b> Comissão de Trabalho</p>	<p><b>Nome:</b> Paula Gracyele Maciel  <b>CPF:</b> 068.154.046-09  <b>Endereço:</b> Rua Lindolfo Rocha, nº 1717, Bairro Aparecida, São Francisco-MG.  <b>Cargo:</b> Comissão de Trabalho</p>
<p><b>Nome:</b> Celso Barbosa dos Santos  <b>CPF:</b> 045.135.286-64  <b>Endereço:</b> Rua Santos Dumont, Bairro Novo Horizonte, Chapada Gaúcha-MG.  <b>Cargo:</b> Comissão de Trabalho</p>	<p><b>Nome:</b> Deise Miguelina Barbosa Guimarães  <b>CPF:</b> 930.589.691-04  <b>Endereço:</b> Fazenda Ranchos Dullin, Tira Barro, São Romão-MG.  <b>Cargo:</b> Conselho Fiscal (Efetivo)</p>
<p><b>Nome:</b> Gilberto José Rodrigues Silva  <b>CPF:</b> 085.969.258-21  <b>Endereço:</b> Rua Nenza Cangussu, nº 1640, Bairro Aparecida, São Francisco-MG.  <b>Cargo:</b> Conselho Fiscal (Efetivo)</p>	<p><b>Nome:</b> Gedeon Brito da Rocha  <b>CPF:</b> 053.472.916-99  <b>Endereço:</b> Fazenda Jambreiro, Patis-MG.  <b>Cargo:</b> Conselho Fiscal (Efetivo)</p>
<p><b>Nome:</b> Maria Madalena Pinheiro de Jesus  <b>CPF:</b> 063.229.176-17  <b>Endereço:</b> Comunidade Vaqueta, São Francisco-MG.  <b>Cargo:</b> Conselho Fiscal (Suplente)</p>	<p><b>Nome:</b> Tânia Aparecida Santos Costa  <b>CPF:</b> 054.598.626-55  <b>Endereço:</b> Comunidade Quilombola Buriti do Meio, São Francisco-MG.  <b>Cargo:</b> Conselho Fiscal (Suplente)</p>
<p><b>Nome:</b> João Nelson Cordeiro de Brito  <b>CPF:</b> 045.051.396-38  <b>Endereço:</b> Comunidade Cipó, Pintópolis-MG.  <b>Cargo:</b> Conselho Fiscal (Suplente)</p>	



**ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO  
SÃO FRANCISCO**

**CNPJ Nº 07.355.853/0001-95**

**Fazenda Granja Primavera, S/n, Zona Rural,  
São Francisco-MG, CEP: 39.300-000.**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Antônio Luiz Martins Almeida, brasileiro, casado, Produtor Rural, Carteira de Identidade nº MG-19.670.250 e CPF: 091.649.396-26, residente e domiciliado na Fazenda Caldeirões, nº. S/N, Zona Rural, Município de São Francisco-MG, na condição de representante legal da Associação Escola Família Agrícola da Região do Vale do São Francisco, com sede na Fazenda Granja Primavera, S/n, Zona Rural, município de São Francisco-MG, CEP:39.300-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.355.853/0001-95, **DECLARO**, sob as penas da lei, que o objeto da parceria foram integralmente cumprido e atingido os objetivos previstos.

São Francisco-MG, 31 de Agosto de 2023

ANTONIO LUIZ  
MARTINS

ALMEIDA:0916493962

6

Assinado de forma digital por

ANTONIO LUIZ MARTINS

ALMEIDA:09164939626

Dados: 2023.09.04 11:27:28

-03'00'

Antônio Luiz Martins Almeida  
Presidente





Curso Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio - Fazenda Santa Primavera - São Francisco - MG - Fone: 35 9 9051 2893 - Email: [afav@afav.org.br](mailto:afav@afav.org.br) Aprovado pelo Parecer 1247 de 12 de novembro de 2007 e Portaria nº 1136 de 04 de dezembro de 2007. Renovação de reconhecimento pelo Parecer CES nº 41 de 03 de março de 2020. Portaria CRI/MG nº 354 de 17 de março fevereiro de 2020. Recredenciamento: Parecer CES/MG nº 47/2020 de 01/05/2020 - Portaria SEE/MG nº 586/2020 de 15/05/2020

# ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - AEFV, EM ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO E POSSE DOS NOVOS MEMBROS DO NOVO CONSELHO AEFV PARA O BIÊNIO DE 2022 A 2024.

Às vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte dois, às oito horas e trinta minutos no salão de eventos da sede da Escola Família Agrícola Taboal, situado à Fazenda Santa Primavera - São Francisco - MG, reuniram os sócios da AEFV o parcerce, ao final desta relacionados, representantes da Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas-AMEFA, Idalino Farnino dos Santos e Ricardo Ferreira Vital, com a seguinte ordem do dia: 1. Prestação de contas dos anos de 2020, 2021 e 2022, em 14 de agosto de 2022. 2. Eleição e posse do Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, conforme Edital de Convocação. Passando aos assuntos da ordem do dia, o presidente, nomeou a mim, Nilva Vieira da Paz para secretar esta assembleia. Nomeou também Idalino Farnino dos Santos e Ricardo Ferreira Vital para coordenar a assembleia e a comporem a comissão de eleição. Passando ao primeiro assunto da ordem do dia - foi a prestação de contas referente aos anos de 2020, 2021 e até agosto de 2022 da AEFV. A Sugestão é de que o novo Conselho Fiscal hora empossado, possa fazer a análise da prestação de contas e emitir o parecer. A Assembleia Geral acompanhando o Conselho Fiscal aprovou também, por unanimidade a mesma. Passando ao segundo assunto da ordem do dia - Eleição e posse do Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, procederam-se da seguinte forma: O Conselho Administrativo, composto por nove integrantes, foi eleito pela Assembleia Geral, são: Gessica Braga de Almeida, Neiva de Fátima Ribeiro Silva de Jesus, Celso Barbosa dos Santos, Paula Gracyele Maciel, Antônio Luiz Martins Almeida, Ilberto Ribeiro Lopes, Patrícia Moreira Coutinho, Claudina Gonzaga Lisboa dos Santos, Cardione Mota Ferreira e na sequência, conforme manda o estatuto, os conselheiros indicados se reuniram a parte para elegerem a diretoria executiva composta pelos cargos de presidente e vice presidente, secretário e vice secretário e tesoureiro e vice tesoureiro. Os cargos ficaram assim definidos: Presidente: Antônio Luiz Martins Almeida CPF: 081.649.396-26 e RG: MG 19.670.250, solteiro, Agricultor Familiar, residente e domiciliado na Fazenda Veredinha, Comunidade de Cadeirões, município de São Francisco MG; Vice Presidente: Claudina Gonzaga Lisboa dos Santos, CPF: 087.846.346-18 e RG - MG 21.248.714, casada, Agricultora Familiar, residente e domiciliada à Comunidade Paraterra III, município de Pindópolis MG; Tesoureira: Patrícia Moreira Coutinho dos Reis CPF: 037.945.605-09 e RG - MG 17.861.731, casada, Agricultora Familiar, residente e domiciliada à rua A, nº 50 - bairro Sobradinho, em São Francisco MG; Vice Tesoureira - Ilberto Ribeiro Lopes, casado, Agricultor Familiar, residente e domiciliado à Comunidade Brejo da Felicidade, município de São Francisco MG, CPF: 914.510.274- 68 e RG 1961817 SSP DF; Secretária: Neiva de Fátima Ribeiro Silva de Jesus, casada, Agricultora Familiar, residente à Comunidade Boca do Mato, município de São Francisco MG, CPF - 066.612.336-56; RG - MG 11.817.459; Vice Secretária -

Assim sendo, a Assembleia Geral, em 14 de agosto de 2022, aprovou a prestação de contas dos anos de 2020, 2021 e até agosto de 2022 da AEFV, e a eleição e posse do Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, conforme Edital de Convocação.



Assim sendo, a Assembleia Geral, em 14 de agosto de 2022, aprovou a prestação de contas dos anos de 2020, 2021 e até agosto de 2022 da AEFV, e a eleição e posse do Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, conforme Edital de Convocação.



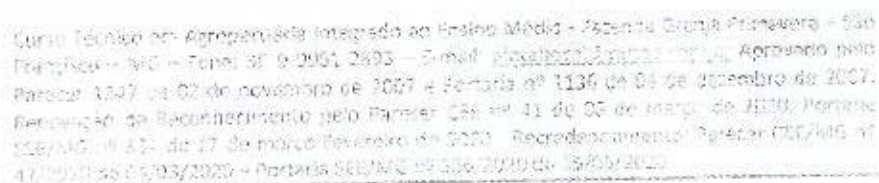
Assim sendo, a Assembleia Geral, em 14 de agosto de 2022, aprovou a prestação de contas dos anos de 2020, 2021 e até agosto de 2022 da AEFV, e a eleição e posse do Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, conforme Edital de Convocação.



Assim sendo, a Assembleia Geral, em 14 de agosto de 2022, aprovou a prestação de contas dos anos de 2020, 2021 e até agosto de 2022 da AEFV, e a eleição e posse do Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, conforme Edital de Convocação.

14/09/2024





Carlone Melo Pereira, casada, Agricultora Familiar, residente e domiciliada à Comunidade Travessão de Maré, município de São Francisco MG, CPF – 068.155.838-17 e RG – MG 14.044.110. Os demais membros compõem as comissões de trabalho previsto no estatuto. Géssina Braga de Almeida, casada, Professora do Campo, residente e domiciliada à Rua Tazinho Vieira, 2.604 – Conjunto Habitacional Floresta, em São Francisco, MG, inscrita no CPF: 064.155.256-80 e RG – MG – 14.040.267; Paula Graciele Maciel, solteira, enfermeira residente à rua Lindolfo Rocha 1717 – Bairro Aparecida – São Francisco MG, inscrita no CPF nº 038.154.049-09 e RG nº 12.618.088; Celso Barbosa dos Santos, Casado, Agricultor Familiar, residente à Rua Santos Dumont - bairro Novo Horizonte, Município de Chapada Gaúcha MG, CPF – 045.135.286-64 e RG: MG – 11.555.492. Enquanto isso, a Assembleia Geral eleger o Conselho Fiscal que ficou assim composto: Membros Efetivos: Deisei Maguelino Barbosa Guimarães, casada, Agricultora Familiar, residente à Fazenda Ranchinho Dulin, Tira Barro, município de São Romão MG, CPF: 030.480.601-04 e RG- MG 20.817.761, Gilberto José Rodrigues Silva, solteiro, Agricultor Familiar, residente à Rua Norza Cangussu, 1.640 – Bairro Aparecida – São Francisco MG, CPF, 085.969.252-21 e RG – MG 3.660.587; Gedeon Brito da Rocha, casado, Agricultor Familiar, residente à Fazenda Jambreiro, município de Patos MG, CPF: 053.472.910-99 e RG – 52.073.223-6. Membros Suplentes: Maria Madalena Pinheiro da Jesus, viúva, residente à Comunidade de Vacueta, Município de São Francisco MG, CPF, Agricultora Familiar 063.229.175-17 e RG – MG 13.601.052, Tânia Aparecida Santos Costa, casada, Agricultora Familiar, residente à Comunidade Camambola Barr do Meio, município de São Francisco, MG, CPF: 054.928.626-55 e RG: MG 11.784.246 e João Nelson Cordoira da Brito, casado, Agricultor Familiar, residente à Comunidade Cipó, município de Pirópolis MG, CPF – 046.051.336 – 38 e RG – MG 12.460.165. A Comissão de Eleição apresentou a composição do Conselho Administrativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, para a reunião da Assembleia Geral, que aprovou por unanimidade conforme já descrito. Na sequência o presidente José Aldson Alves Rodrigues declarou-se empossado, apresentou a presenças todos e deu por encerrada esta Assembleia Geral. Eu, Nilva Vianna da Paz, secretária esta Assembleia Geral que lê e se aprovada, segue assinando por mim, pelo Presidente, Tesoureiro e Secretário. Os demais membros e sócios assinaram a lista de presenças em anexo. São Francisco/MG, vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e dois.

[illegible]

CANTONE DO OFÍCIO DE NOTAS DO SAO FRANCISCO, PIA.

Autore: Dr. Roberto de Fátima, Diretor de  
Educação, Universidade de São Paulo, e  
Coordenador do Departamento de  
Educação da Faculdade de Educação da  
Universidade de São Paulo.

SERVO CONSULTA: PROTEMA  
 OGGIO: 19/04/2014, 09:00:00  
 Data: 19/04/2014, 09:00:00  
 Data: 19/04/2014, 09:00:00



**ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO  
SÃO FRANCISCO**  
**CNPJ Nº 07.355.853/0001-95**  
**Fazenda Granja Primavera, S/n, Zona Rural,**  
**São Francisco-MG, CEP: 39.300-000.**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Antônio Luiz Martins Almeida, brasileiro, casado, Produtor Rural, Carteira de Identidade nº MG-19.670.250 e CPF: 091.649.396-26, residente e domiciliado na Fazenda Caldeirões, nº. S/N, Zona Rural, Município de São Francisco-MG, na condição de representante legal da Associação Escola Família Agrícola da Região do Vale do São Francisco, com sede na Fazenda Granja Primavera, S/n, Zona Rural, município de São Francisco-MG, CEP:39.300-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.355.853/0001-95, **DECLARO**, sob as penas da lei, que não serão pagas taxas administrativas bancárias com recurso da parceira.

São Francisco-MG, 31 de Agosto de 2023

ANTONIO LUIZ  
MARTINS  
ALMEIDA:09164939  
626

Assinado de forma digital  
por ANTONIO LUIZ MARTINS  
ALMEIDA:09164939626  
Dados: 2023.09.04 11:26:55  
+03'00'

Antônio Luiz Martins Almeida  
Presidente



**ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO  
SÃO FRANCISCO**

**CNPJ Nº 07.355.853/0001-95**

**Fazenda Granja Primavera, S/n, Zona Rural,  
São Francisco-MG, CEP: 39.300-000.**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Antônio Luiz Martins Almeida, brasileiro, casado, Produtor Rural, Carteira de Identidade nº MG-19.670.250 e CPF: 091.649.396-26, residente e domiciliado na Fazenda Caldeirões, nº. S/N, Zona Rural, Município de São Francisco-MG, na condição de representante legal da Associação Escola Família Agrícola da Região do Vale do São Francisco, com sede na Fazenda Granja Primavera, S/n, Zona Rural, município de São Francisco-MG, CEP:39.300-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.355.853/0001-95, **DECLARO**, sob as penas da lei, que durante o período de vigência da parceria não haverá contratação ou remuneração, a qualquer título e com os recursos repassados por força do Instrumento em referência, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

São Francisco-MG, 31 de Agosto de 2023

ANTONIO LUIZ  
MARTINS  
ALMEIDA:09164939  
626

Assinado de forma digital  
por ANTONIO LUIZ MARTINS  
ALMEIDA:09164939626  
Dados: 2023.09.04 11:26:19  
-03'00'

Antônio Luiz Martins Almeida  
Presidente





## Consultas - Extrato de conta corrente

G333241735027950020  
24/08/2023 17:45:03

### Cliente - Conta atual

Agência 494-4  
Conta corrente 38453-4 ASSOCIACAO V S FRANCISCO  
Período do extrato 05 / 2023

### Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
26/04/2023		0000	00000	000 Saldo Anterior			4.947,35 C
04/05/2023		0494	99015	470 Transferência enviada 04/05 16:18 VINICIUS SILVA PEREIRA	550.494.000.036.881	986,68 D	3.960,67 C
12/05/2023		0494	99015	870 Transferência recebida 12/05 12:30 PM SAO FRANCISCO -IPV	550.494.000.025.929	10.000,00 C	13.960,67 C
15/05/2023		0000	13105	144 Pix - Enviado 15/05 11:53 AZUL LINHAS AEREAS BRAS S	51.501	3.884,31 D	10.076,36 C
16/05/2023		0000	14397	900 Pix - Rejeitado 16/05 10:45 Pagamento rejeitado pelo P	3.920.870.423	3.884,31 C	
16/05/2023		0000	13105	144 Pix - Enviado 16/05 10:45 AZUL LINHAS AEREAS BRAS S	51.601	3.884,31 D	
16/05/2023		0000	13105	144 Pix - Enviado 16/05 14:36 AZUL LINHAS AEREAS BRAS S	51.602	3.884,31 D	6.192,05 C
22/05/2023		0000	13105	362 Pagamento conta luz CEMIG DISTRIBUICAO	52.201	959,11 D	5.232,94 C
31/05/2023		0000	00000	999 S A L D O			5.232,94 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JG26/940 ANTONIO LUIZ MARTINS ALMEIDA.





## Consultas - Extrato de conta corrente

G333241735027950021  
24/08/2023 17:45:17

## Cliente - Conta atual

Agência 494-4  
Conta corrente 38453-4 ASSOCIACAO V S FRANCISCO  
Período do extrato 06 / 2023

## Lançamentos

Dt. balance	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
22/05/2023		0000	00000	000 Saldo Anterior			5.232,94 C
02/06/2023		0494	99015	470 Transferência enviada 02/06 18:33 SUPERMERCADO SKINAO	550.494.000.020.131	844,16 D	
02/06/2023		0494	99015	470 Transferência enviada 02/06 18:33 SUPERMERCADO SKINAO	550.494.000.020.131	1.111,84 D	
02/06/2023		0494	99015	470 Transferência enviada 02/06 18:33 VINICIUS SILVA PEREIRA	550.494.000.036.881	1.421,58 D	1.855,36 C
15/06/2023		0000	13105	362 Pagamento conta luz CEMIG DISTRIBUICAO	61.501	981,67 D	873,69 C
30/06/2023		0000	00000	999 S A L D O			873,69 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JG267940 ANTONIO LUIZ MARTINS ALMEIDA.





## Consultas - Extrato de conta corrente

G337041146183684017  
04/09/2023 11:48:58

## Cliente - Conta atual

Agência 494-4  
Conta corrente 38453-4 ASSOCIACAO V S FRANCISCO  
Período do extrato 07 / 2023

## Lançamentos

Dt. balanço	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
15/06/2023		0000	00000	000 Saldo Anterior			873,69 C
26/07/2023		0000	14175	623 DOC. Crédito em Conta	752.334	97,00 C	970,69 C
				237 1151 7355853000195 ASSOC ESC FAM			
31/07/2023		0000	00000	999 S A L D O			970,69 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por J.G267940 ANTONIO LUIZ MARTINS ALMEIDA.



## Consultas - Extrato de conta corrente

## Cliente - Conta atual

Agência 494-4  
Conta corrente 38453-4 ASSOCIACAO V S FRANCISCO  
Período do extrato 08 / 2023

## Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor RS	Saldo
25/07/2023		0000	00000	000 Saldo Anterior			970,69 C
03/08/2023		0494	99015	470 Transferência enviada 03/08 11:54 VINICIUS SILVA PEREIRA	550.494.000.036.881	1.650,53 D	
03/08/2023		0000	00000	848 BB RF Simples Ag.I	2.100	679,84 C	0,00 C
30/08/2023		0000	14175	623 DOC Crédito em Conta 237 1151 7355853000195 ASSOC ESC FAM	402.863	275,38 C	275,38 C
31/08/2023		0000	00000	999 S A L D O			275,38 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JG267940 ANTONIO LUIZ MARTINS ALMEIDA.



## Pague sua viagem com chave Pix ou QR Code

Sua viagem está quase confirmada, basta gerar o QR Code ou chave pix e finalize o pagamento. Não se preocupe, vamos reconhecer o pagamento automaticamente.

Gerar chave PIX ou QR code



**Percebemos que alguns passageiros não estão despachando bagagem**

Deseja comprar bagagens despachadas adicionais?

Não, obrigado

Comprar bagagem

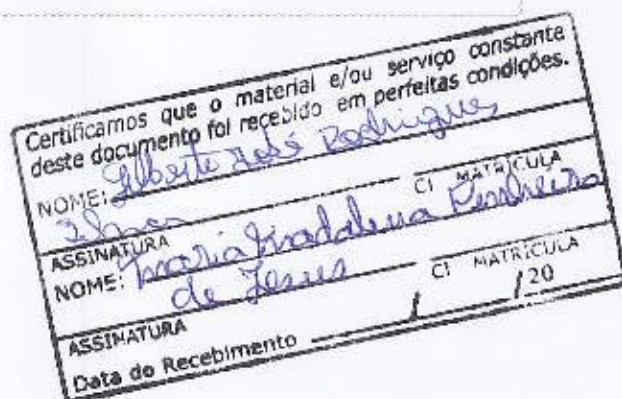
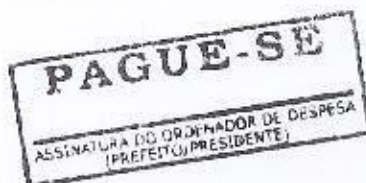
REC → MOC Segunda, 22 mai 2023

👤 **Maria Silva:** Nenhuma bagagem despachada, 1 bagagem de mão

MOC → REC Sexta, 26 mai 2023

👤 **Maria Silva:** Nenhuma bagagem despachada, 1 bagagem de mão

Exclusivo para você:



Alugue carro com o **melhor preço** para sua próxima viagem


E ainda ganhe 1 ponto TudoAzul a cada real em diárias!

Código da Reserva: **JD8ZQL**

*Handwritten signature/initials*



Escolher outra Forma de Pagamento

 Para atendimento na Central de Reservas, utilize o nº de identificação: 1907.3416.3323

Segunda, 22 mai 2023 às 08:30


Recife (REC) ✈ Montes Claros (MOC)

**IDA** ✈ Segunda, 22 mai 2023 Azul

Recife (REC) > Montes Claros (MOC)

Voo AD 2701  
A330

08:30  
REC

 Check-in disponível 72h antes do voo

>

11:05  
CNF



Conexão AD 4073  
ATR

12:50  
CNF

>

14:05  
MOC

> Maria Silva

 Alterar / marcar assentos  Comprar bagagem

**VOLTA** ✈ Sexta, 26 mai 2023 Azul

Montes Claros (MOC) > Recife (REC)

Voo AD 4092  
ATR

14:55  
MOC

 Check-in disponível 72h antes do voo

>

16:05  
CNF

Conexão AD 4241  
A330

19:00  
CNF

>

21:25

*Orlando*



REC

► Maria Silva



Alterar / marcar assentos



Comprar bagagem

#### Dados do pagamento

##### IDA (REC - MOC)

Preço da tarifa: R\$ 2.012,30

Taxas e impostos: R\$ 52,74

**Subtotal** R\$ 2.065,04

##### VOLTA (MOC - REC)

Preço da tarifa: R\$ 1.536,05

Taxas e impostos: R\$ 33,22

**Subtotal** R\$ 1.669,27

Outros serviços R\$ 150,00

**Total** R\$ 3.884,31

#### Lembretes para sua viagem



Leve documento de identificação com foto



Chegue com antecedência



Marque seu assento



Faça seu check-in pela internet

#### Outros avisos importantes

1. Comparecer para o embarque 60 (sessenta) minutos antes do horário de partida da aeronave, se o voo for doméstico, e 120 (cento e vinte) minutos antes do horário de partida da aeronave, se o voo for internacional, portando os documentos de viagem necessários.
2. O bilhete não é endossável, sendo válido por um ano após a data de emissão.
3. Cancelamentos, alterações e reembolsos podem ser realizados dentro do prazo de validade, conforme as regras tarifárias vigentes no momento da compra, as quais podem ser consultadas no website [voeazul.com.br](http://voeazul.com.br), na seção "Para sua Viagem" (Voos Nacionais/Voos Internacionais).
4. Em caso de dúvidas sobre alterações de voo, pedidos de reembolso, não comparecimento ao voo ou demais questões, contatar a central de atendimento no telefone 4003-1118 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 8887 1118 (demais localidades). Para elogios, reclamações ou sugestões, contatar o SAC no telefone 0800 884 4040.

5. O contrato de transporte de passageiros encontra-se disponível em nossas lojas ou em nosso site (<https://www.voeazul.com.br/ContratoAereo>).

**A sua escolha é muito importante para nós!**

*Assinatura*





# Emissão de comprovantes - 3o nível

G3333016561875661  
30/08/2023 17:00:10

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
30/08/2023 - AUTOATENDIMENTO - 17.00.12  
0494400494 0011

Comprovante Pix

CLIENTE: ASSOCIACAO V S FRANCISCO  
AGENCIA: 0494-4 CONTA: 38.453-4

PAGAMENTO VIA QR CODE

ID: E000000020230515145157457348861  
CNPJ DO PAGADOR: 7.355.853/0001-95  
VALOR: 3.884,31  
DATA: 15/05/2023 - 11:53:21  
NOME DA COBRANCA: Cobrança de passagem aérea Azu

COD PRODUTO: 10BZQL2023051509485134779744415  
DEVEDOR: MARIA SILVA  
CPF DO DEVEDOR: \*\*\*.797.444-\*\*

PAGO PARA: Azul Linhas Aereas Bras S A  
CNPJ: 9.296.295/0001-60  
INSTITUICAO: 60701190 ITAU UNIBANCO S.A.

Esta transação pode ser tarifada em até 0,99%,  
com valor máximo de R\$ 10,00.

Notificacao enviada em: 15/05/2023 - 11:53:22

DOCUMENTO: 051501  
AUTENTICACAO SISBB: 9.BB2.461.9EB.EE8.C1B

Central de Atendimento BB  
4004 0001

Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB  
0800 729 0722  
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria  
0800 729 5678  
Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais agencia, SAC e Demais canais de atendimento.

Atendimento a deficientes auditivos ou fala  
0800 729 0088  
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao e outros produtos e servicos de Ouvidoria.

*Gilberto*

## Pague sua viagem com chave Pix ou QR Code

Sua viagem está quase confirmada, basta gerar o QR Code ou chave pix e finalize o pagamento. Não se preocupe, vamos reconhecer o pagamento automaticamente.



(Gerar chave PIX ou QR code)

Percebemos que alguns passageiros não estão despachando bagagem  
Deseja comprar bagagens despachadas adicionais?

Não, obrigado

Comprar bagagem

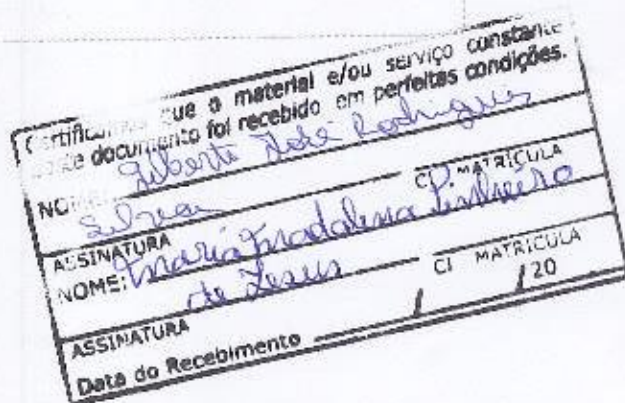
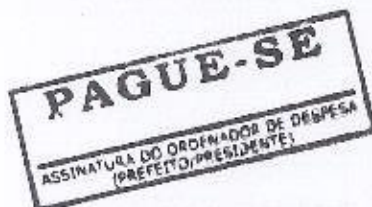
REC • MOC Segunda, 22 mai 2023

• Manoel Neto: Nenhuma bagagem despachada, 1 bagagem de mão

MOC • REC Sexta, 26 mai 2023

• Manoel Neto: Nenhuma bagagem despachada, 1 bagagem de mão

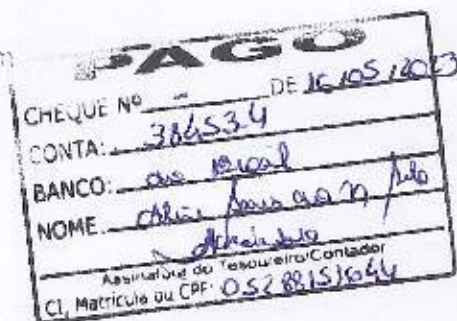
Exclusivo para você!



Alugue carro com o melhor preço para sua próxima viagem

E ainda ganhe 1 ponto TudoAzul a cada real em diárias!

Código da Reserva: PKLIHD





Segunda, 22 mai 2023 às 08:30

Recife (REC) • Montes Claros (MOC)

IDA • • Segunda, 22 mai 2023		Azul
Recife (REC) • Montes Claros (MOC)		
Voo AD 2701 A330	08:30 REC	K Check-in disponível 72h antes do voo
	11:05 CNF	
Conexão AD 4073 ATR	12:50 CNF	
	14:05 MOC	
• Manoel Neto		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Alterar / marcar assentos</li> <li>Comprar bagagem</li> </ul>		

VOLTA • • Sexta, 26 mai 2023		Azul
Montes Claros (MOC) • Recife (REC)		
Voo AD 4092 ATR	14:55 MOC	K Check-in disponível 72h antes do voo
	16:05 CNF	
Conexão AD 4241 A330	19:00 CNF	
	21:25	

Alberto

REC

▪ Manoel Neto

▪ Alterar / marcar assentos

▪ Comprar bagagem

#### Dados do pagamento

##### IDA (REC - MOC)

Preço da tarifa: R\$ 2.012,30

Taxas e impostos: R\$ 52,74

Subtotal R\$ 2.065,04

##### VOLTA (MOC - REC)

Preço da tarifa: R\$ 1.636,05

Taxas e impostos: R\$ 33,22

Subtotal R\$ 1.669,27

Outros serviços R\$ 150,00

Total R\$ 3.884,31

#### Lembretes para sua viagem

▪ Leve documento de identificação com foto

**K** Chegue com antecedência

▪ Marque seu assento

▪ Faça seu check-in pela Internet

#### Outros avisos importantes

1. Comparecer para o embarque 60 (sessenta) minutos antes do horário de partida da aeronave, se o voo for doméstico, e 120 (cento e vinte) minutos antes do horário de partida da aeronave, se o voo for internacional, portando os documentos de viagem necessários.
2. O bilhete não é endossável, sendo válido por um ano após a data de emissão.
3. Cancelamentos, alterações e reembolsos podem ser realizados dentro do prazo de validade, conforme as regras tarifárias vigentes no momento da compra, as quais podem ser consultadas no website [voeazul.com.br](http://voeazul.com.br), na seção "Para sua Viagem" (Voos Nacionais/Voos Internacionais).
4. Em caso de dúvidas sobre alterações de voo, pedidos de reembolso, não comparecimento ao voo ou demais questões, contatar a central de atendimento no telefone 4003-1118 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 8887 1118 (demais localidades). Para elogios, reclamações ou sugestões, contatar o SAC no telefone 0800 884 4040.

*Alberto*



5. O contrato de transporte de passageiros encontra-se disponível em nossas lojas ou em nosso site (<https://www.voeazul.com.br/ContratoAereo>).

A sua escolha é muito importante para nós!

Alberto

ISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
30/08/2023 - AUTOATENDIMENTO - 17.00.12  
0494400494 0006

Comprovante Pix

CLIENTE: ASSOCIACAO V S FRANCISCO  
AGENCIA: 0494-4 CONTA: 38.453-4

PAGAMENTO VIA QR CODE

ID: E0000000020230516173403252773775  
CNPJ DO PAGADOR: 7.355.853/0001-95  
VALOR: 3.884,31  
DATA: 16/05/2023 - 14:36:16  
NOME DA COBRANCA: Cobrança de passagem aérea Azu  
1  
COD PRODUTO: PKLIHD2023051612334419384742449  
DEVEDOR: MANOEL NETO  
CPF DO DEVEDOR: \*\*\*.847.424-\*\*

PAGO PARA: Azul Linhas Aereas Bras S A  
CNPJ: 9.296.295/0001-60  
INSTITUICAO: 60701190 ITAU UNIBANCO S.A.

Esta transação pode ser tarifada em até 0,99%,  
com valor máximo de R\$ 10,00.

Notificacao enviada em: 16/05/2023 - 14:36:17

DOCUMENTO: 051602  
AUTENTICACAO SI58B: 0.D8E.A89.AD3.F2A.56C

Central de Atendimento BB

4004 0001

Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB

0800 729 0722

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produ-  
tos e servicos.

Ouvidoria

0800 729 5678

Reclamacoes nao solucionadas nos canais  
habituais agencia, SAC e Demais canais de  
atendimento.

Atendimento a deficientes auditivos ou fala

0800 729 0088

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao  
e outros produtos e servicos de Ouvidoria.

Transação efetuada com sucesso por: JG267940 ANTONIO LUIZ MARTINS ALMEIDA.



# SUPERMERCADO SKINAO LTDA

RUA: LEÓVERGILDO NARCISIO, 975  
- BANDEIRANTES  
SAO FRANCISCO - MG - 39300000  
Fone: 3836312494

**DANFE**  
Documento Auxiliar da  
Nota Fiscal Eletrônica  
0 - Entrada  
1 - Saída  
**Nr.: 000011179**  
**Série: 1**  
Folha 1 de 1

CONTROLL DO FISCO



NATUREZA DA OPERAÇÃO  
**VENDA MERC. SUBSTITUICAO TRIBUTARIA**

CHAVE DE ACESSO DA NF-e: PY CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO SITE WWW.NFE.FAZENDA.GOV.BR  
3123.0506.9264.4100.0103.5500.1000.0111.7910.0010.5656

INSCRIÇÃO ESTADUAL <b>6113165550036</b>	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ <b>06926441000103</b>	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO <b>131235396848565 - 23/05/2023 18:09:56</b>
DESTINATÁRIO / REMETENTE NOME/RAZÃO SOCIAL <b>ASS FAMILIA AGRIC REG VALE SAO FRANCISCO</b>		CNPJ/CPF <b>07355853000195</b>	DATA DA EMISSÃO <b>23/05/2023</b>
ENDEREÇO <b>FAZENDA GRANJA PRIMAVERA, S/N</b>		BAIRRO/DISTRITO <b>GRANJA PRIMAVERA</b>	CEP <b>39300000</b>
MUNICÍPIO <b>SAO FRANCISCO</b>	UF <b>MG</b>	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA <b>19:01:36</b>

FATURAS / DUPLICATAS

**001 23/05/2023 844,16**

CÁLCULO DO MPDSTO BASE CÁLCULO ICMS <b>121,13</b>	VALOR DO ICMS <b>8,84</b>	BASE CÁLCULO ICMS ST <b>0,00</b>	VALOR DO ICMS ST <b>0,00</b>	V. APROX. TRIBUTOS <b>0,00</b>	VALOR DO PIS <b>0,17</b>	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS <b>844,16</b>
VALOR DO FRETE <b>0,00</b>	VALOR DO SEGURO <b>0,00</b>	DESCONTO <b>0,00</b>	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS <b>0,00</b>	VALOR DO IPI <b>0,00</b>	VALOR DO COFINS <b>0,78</b>	VALOR TOTAL DA NOTA <b>844,16</b>
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA <b>9 - SEM FRETE</b>	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
RAZÃO SOCIAL		ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE <b>0,00</b>	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO <b>0,00</b>	PESO LÍQUIDO <b>0,00</b>	

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇOS	NCM/SH	CS	CFOP	Unid.	QUANT.	V. UNIT.	Desconto	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTAS ICMS	IP	V. APROX. TRIB.
17742	REPOLHO VERDE KG	07049000	040	5102	KG	10,000	3,490	0,00	34,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17743	CEBOLA BRANCA KG	07031019	040	5102	KG	5,000	4,090	0,00	20,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40294	MANDIOCA C/CASCA KG	07141000	040	5102	KG	20,000	2,690	0,00	53,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17740	ALHO KG	07032090	040	5102	KG	1,000	18,990	0,00	18,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17747	CENOURA KG	07061000	040	5102	KG	10,000	5,450	0,00	54,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17751	BETERRABA KG	07066000	040	5102	KG	10,000	3,540	0,00	35,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17763	MELANCIA KG	08071100	040	5102	KG	20,000	2,790	0,00	55,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63932	ARROZ PATOSUL 1KG AGULHINHA T1	10063021	030	5102	UN	10,000	4,590	0,00	45,90	45,90	3,21	0,00	7,00	0,00	0,00
49026	FEIJAO CARIOCA TIJUCA 1KG EXTRA	07133399	040	5102	PC	10,000	7,990	0,00	79,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46312	ACUCAR CRISTAL DELTA 1KG	17019900	050	5405	UN	10,000	4,250	0,00	42,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47574	CAFE SERRA LIMA 1 KG GR	09012100	030	5102	UN	2,000	35,990	0,00	71,98	71,98	5,04	0,00	7,00	0,00	0,00
17841	CARNE BOVINA COSTELA MINDINHA KG	02012090	050	5405	KG	20,000	15,990	0,00	319,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49175	VINAGRE ARRUDA 750ML ALCOOL	22090000	030	5102	UN	1,000	3,250	0,00	3,25	3,25	0,59	0,00	18,00	0,00	0,00
581	TEMPERO NEVES 500G ALHO E SAL	21039021	050	5405	KG	1,000	6,990	0,00	6,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**PAGO**

CHEQUE Nº **39453-4** DE **02/06/23**

CONTA: **39453-4**

BANCO: **Banco**

NOME: **Alcides Souza da N. Jr.**

Assinatura do Titular: **Alcides Souza da N. Jr.**

Assinatura do Recebedor: **Alcides Souza da N. Jr.**

Assinatura do Tesoureiro: **Alcides Souza da N. Jr.**

Assinatura do CPF: **05088151644**

Certifico que o material e/ou serviço constante neste documento foi recebido em perfeitas condições.

NOME: **Gilberto José Rodrigues**

Assinatura: **Gilberto José Rodrigues**

Assinatura: **Maria Rosalena Teixeira de Jesus**

Assinatura: **Maria Rosalena Teixeira de Jesus**

Data do Recebimento: **1/120**

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES  
MD-5: 9c1b715fcdc2295e9f344173fcc6c9d4

RESERVADO AO FISCO

**PAGUE-SE**

ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESA  
(PREFEITO/PRESIDENTE)

NFe emitida pelo Sistema SGLinear. Viste nosso website: www.linearistemas.com.br

RECEBEMOS DE SUPERMERCADO SKINAO LTDA OS PRODUTOS DA NOTA FISCAL INDICADO AO LADO.

NF-e

Nr.: 000011179  
Série: 1

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR



---

### Transferência entre contas diversas

#### Debitado

Nome ASSOCIACAO V S FRANCISCO  
Agência 494-4  
Conta corrente 38453-4

#### Creditado

Nome SUPERMERCADO SKINAO  
Agência 494-4  
Conta corrente 20131-6  
Valor 844,16  
Destinação 0  
Data Nesta data

---

Assinada por JG267940 ANTONIO LUIZ MARTINS ALMEIDA  
JG267941 PATRICIA MOREIRA COUTINHO DOS REIS

02/06/2023 18:25:41  
02/06/2023 18:33:22

Transação efetuada com sucesso.

---

Transação efetuada com sucesso por: JG267941 PATRICIA MOREIRA COUTINHO DOS REIS.

*Handwritten signature/initials*





## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Positiva com efeito de negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
20/04/2023CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ:  
19/07/2023

NOME/NOME EMPRESARIAL: SUPERMERCADO SKINAO LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL:  
611316555.00-36

CNPJ/CPF: 06.926.441/0001-03

SITUAÇÃO: Ativa

LOGRADOURO: RUA LEOVERGILDO NARCISO

NÚMERO: 975

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BANDEIRANTES

CEP: 39300000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: SAO FRANCISCO

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN);

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br) => certidão de débitos tributários => certificar documentos

2023000639696078



## ORÇAMENTO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VERDURAS

ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO –  
AEFAV – FAZENDA GRANJA PRIMAVERA - CNPJ: 07.355.853/0001-95

EMPRESA: Supermercado Skinão  
ENDEREÇO: R. Leovergildo Narciso, 975, Bandeirantes  
NOME FANTASIA: Supermercado Skinão

Nº	DESCRIÇÃO ITEM	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Repolho	10 kg	3,49	34,9
02	Cebola branca	5 kg	4,09	20,45
03	Mandioca	20 kg	2,69	53,8
04	Alho	1 kg	18,99	18,99
05	Cenoura	10 kg	5,45	54,5
06	Beterraba	10 kg	3,54	35,4
07	Melancia	20 kg	2,79	55,8
08	Arroz	10 kg	4,59	45,9
09	Feijão	10 kg	7,99	79,9
10	Açúcar	10 kg	4,25	42,5
11	Café	2 kg	35,99	71,98
12	Costela	20 kg	15,99	319,8
13	Vinagre	1 vidro	3,25	3,25
14	Tempero sal e alho	1 kg	6,99	6,99
			Total	844,16

São Francisco, 19 de Maio de 2023

Carimbo

06.926.441/0001-03  
SUPERMERCADO SKINÃO  
LTDA  
Rua Leovergildo Narciso, 975 - Bandeirantes  
CEP: 36.300-000 - SÃO FRANCISCO - MG

Assinatura:





## ORÇAMENTO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VERDURAS

ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO –  
AEFAV – FAZENDA GRANJA PRIMAVERA - CNPJ: 07.355.853/0001-95

EMPRESA: FERNANDES E RAMOS ALIMENTOS LTDA  
ENDEREÇO: RUA SÃO ROMÃO, Nº1301, APARECIDA, SÃO FRANCISCO- MG  
NOME FANTASIA: SUPERMERCADO ECONOMICO

Nº	DESCRIÇÃO ITEM	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Repolho	10 kg	R\$3,99	R\$39,90
02	Cebola branca	5 kg	R\$4,25	R\$21,25
03	Mandioca	20 kg	R\$2,28	R\$45,60
04	Alho	1 kg	R\$11,50	R\$11,50
05	Cenoura	10 kg	R\$5,20	R\$52,00
06	Beterraba	10 kg	R\$5,60	R\$56,00
07	Melancia	20 kg	R\$2,50	R\$50,00
08	Arroz (CODIL 5KG)	10 kg	R\$22,50	R\$45,00
09	Feijão (CODIL 5KG)	10 kg	R\$39,99	R\$79,98
10	Açúcar (BRUÇUCAR 5KG)	10 kg	R\$17,20	R\$34,40
11	Café (LETICIA 500G)	2 kg	R\$15,60	R\$62,40
12	Costela	20 kg	R\$16,99	R\$339,80
13	Vinagre (TOSCANO COLORIDO)	1 vidro	R\$2,60	R\$2,60
14	Tempero sal e alho (GOSTOSÃO 1KG)	1 kg	R\$5,35	R\$5,35

845,78

São Francisco, 19 de maio de 2023

06.923.193/0001-39

Carimbo

FERNANDES E RAMOS ALIMENTOS LTDA  
SUPERMERCADO ECONOMICO

RUA SÃO ROMÃO, Nº1301  
B. APARECIDA - CEP 39300-000

SÃO FRANCISCO - MINAS GERAIS

Assinatura:

*[Handwritten signature]*



## ORÇAMENTO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VERDURAS

ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO -  
AEFAV - FAZENDA GRANJA PRIMAVERA - CNPJ: 07.355.853/0001-95

EMPRESA: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
NOME FANTASIA: \_\_\_\_\_

Nº	DESCRIÇÃO ITEM	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Repolho	10 kg	3,98	39,80
02	Cebola branca	5 kg	4,49	22,45
03	Mandioca	20 kg	3,29	65,80
04	Alho	1 kg	18,99	18,99
05	Cenoura	10 kg	5,99	59,90
06	Beterraba	10 kg	4,69	46,90
07	Melancia	20 kg	2,99	59,80
08	Arroz	10 kg	4,59	45,90
09	Feijão	10 kg	8,99	89,90
10	Açúcar	10 kg	4,29	42,90
11	Café	2 kg	37,98	75,96
12	Costela	20 kg	17,99	359,80
13	Vinagre	1 vidro	6,99	6,99
14	Tempero sal e alho	1 kg	9,99	9,99
			Total	945,08

São Francisco, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

Carimbo

Assinatura:

06.926.441/0001-03  
SUPERMERCADO SKINÃO  
LTDA

Rua Leovergílio Narciso, 975 - Bandeirantes  
CEP: 35.300-000 - SÃO FRANCISCO - MG





## ORÇAMENTO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VERDURAS

ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO -  
AEFAV - FAZENDA GRANJA PRIMAVERA - CNPJ: 07.355.853/0001-95

EMPRESA: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
NOME FANTASIA: \_\_\_\_\_

Nº	DESCRIÇÃO ITEM	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Repolho	10 kg	3,98	42,3
02	Cebola branca	5 kg	4,49	24,95
03	Mandioca	20 kg	3,29	73,6
04	Alho	1 kg	18,99	19,99
05	Cenoura	10 kg	5,99	66,8
06	Beterraba	10 kg	4,69	49,5
07	Melancia	20 kg	2,99	66,4
08	Arroz	10 kg	4,59	49,9
09	Feijão	10 kg	8,99	96,8
10	Açúcar	10 kg	4,29	47,8
11	Café	2 kg	37,98	79,9
12	Costela	20 kg	17,99	379,8
13	Vinagre	1 vidro	6,99	7,39
14	Tempero sal e alho	1 kg	9,99	10,99
			Total	1016,12

São Francisco, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

Carimbo

CNPJ: 10.366.941/0001-05  
Insc. Est.: 001.092154.00-35  
OS SUPERMERCADO DE SÃO FRANCISCO LTDA  
R. DOM PEDRO DE ALCÂNTARA, 550 - CENTRO  
CEP: 310-000 - SÃO FRANCISCO - MG

Assinatura:

*Rogério Marcos Pereira*



# SUPERMERCADO SKINAO LTDA

DANFE  
Documento Auxiliar da  
Nota Fiscal Eletrônica

0 - Entrada  
1 - Saída

1

Nr.: 000011227  
Série: 1

Folha 1 de 1

CONTROLE DO FISCO



RUA: LEOVERGILDO NARCISIO, 975  
- BANDEIRANTES  
SAO FRANCISCO - MG - 39300000  
Fone: 3836312494

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA MERC. SUBSTITUICAO TRIBUTARIA

CHAVE DE ACESSO DA NF-e: P: CONSULTA DE AUTENTICACAO NO SITE WWW.NFE.FAZENDA.GOV.BR  
3123.0506.9264.4100.0103.5500.1000.0112.2710.0010.6120

INSCRIÇÃO ESTADUAL

6113165550036

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTARIO

CNPJ

06926441000103

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131235412284530 - 31/05/2023 14:25:55

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME RAZÃO SOCIAL

ASS FAMILIA AGRIC REG VALE SAO FRANCISCO

CNPJ/CPF

07355853000195

DATA DA EMISSÃO

31/05/2023

ENDEREÇO

FAZENDA GRANJA PRIMAVERA, S/N

BAIRRO/DISTRITO

GRANJA PRIMAVERA

CEP

39300000

DATA DE SAÍDA

31/05/2023

MUNICÍPIO

SAO FRANCISCO

FONE / FAX

UF

MG

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DE SAÍDA

15:20:11

FATURAS / DUPLICATAS

001 31/05/2023 1.111,84

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE CÁLCULO ICMS

307,82

VALOR DO ICMS

30,90

BASE CÁLCULO ICMS ST

0,00

VALOR DO ICMS ST

0,00

V. APROX. TRIBUTOS

0,00

VALOR DO PIS

7,67

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS

1.111,84

VALOR FRETE

0,00

VALOR DO SEGURO

0,00

DESCONTO

0,00

OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS

0,00

VALOR DO IPI

0,00

VALOR DO COFINS

35,35

VALOR TOTAL DA NOTA

1.111,84

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL

FRETE POR CONTA

9 - SEM FRETE

CODIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ/CPF

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE

0,00

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

0,00

PESO LÍQUIDO

0,00

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇOS	NCM-SH	CST	CFOP	Unid.	QUANT.	V. UN.	Desconto	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTAS ICMS	IPI	V. APROX. TRIB.
17788	PAO SAL FRANCES KG	19012000	1	060	5405	KG	8,000	13,590	0,00	111,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34952	MORTADELA PERDIGAO DEFUMADA KG	16010000	060	5405	KG	2,000	27,590	0,00	55,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75989	QUEIJO MUSSARELA SABOROSO KG	04061010	060	5405	KG	2,000	47,190	0,00	94,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63443	PRODUTOS DA CASA BOLO CASEIRO	19059090	000	5102	UN	4,000	21,230	0,00	84,92	84,92	15,29	0,00	18,00	0,00	0,00
20581	PRODUTOS DA CASA PAO QUEIJO KG	19059090	000	5102	UN	5,000	39,590	0,00	199,95	199,95	14,00	0,00	7,00	0,00	0,00
45800	LEITE VIDA 1L UHT INTEGRAL	04012090	040	5102	UN	5,000	5,950	0,00	29,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37710	OVOS BRANCO EXTRA DZ	04072900	040	5102	UN	7,000	10,200	0,00	71,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43668	COPO DESC CRISTAL COPO 300ML TRANSP	39241000	060	5405	UN	5,000	8,950	0,00	44,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43385	COPO DESC CRISTAL COPO 200ML TRANSP	39241000	060	5405	UN	2,000	5,950	0,00	11,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36945	FARINHA MANDIOCA KG	11052000	040	5102	KG	5,000	8,950	0,00	44,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52986	LINGUIÇA CALAB SAUDALI KG	16010000	060	5405	KG	3,000	22,520	0,00	67,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8293	ARROZ CODIL 5KG AMARAL T1	10063021	000	5102	PC	1,000	22,950	0,00	22,95	22,95	1,61	0,00	7,00	0,00	0,00
39227	ACUCAR CRISTAL DELTA 5KG	17019900	060	5405	UN	1,000	21,250	0,00	21,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
255	CARNE BOVINA MUSCULO KG	02013000	060	5405	KG	10,000	24,990	0,00	249,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**PAGO**

CHEQUE Nº 0106/06/23

CONTA: 38453-4

BANCO: Paraná

NOME: Antonio Carlos de Jesus

Assinatura do Representante/Contador

CI, Matrícula ou CPF: 052-98151614

Continuar que o material e/ou serviço constante  
deste documento foi recebido em perfeitas condições.

NOME: Gilberto José Rodrigues

Assinatura

CI, Matrícula

NOME: Antonio Carlos de Jesus

Assinatura

CI, Matrícula

Data do Recebimento 1/20

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

MD-5: 9c18715fddc2296e9f344173fcb6c9d4

RESERVADO AO FISCO

**PAGUE-SE**

ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESA  
(PREFEITO/PRESIDENTE)

NFe emitida pelo Sistema SGLinear. Visite nosso website: [www.linearistemas.com.br](http://www.linearistemas.com.br)

RECEBEMOS DO SUPERMERCADO SKINAO LTDA OS PRODUTOS DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

NF-e

Nr.: 000011227

Série: 1

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR



## Transferência entre contas diversas

### Debitado

Nome ASSOCIACAO V S FRANCISCO  
Agência 494-4  
Conta corrente 38453-4

### Creditado

Nome SUPERMERCADO SKINAO  
Agência 494-4  
Conta corrente 20131-6  
Valor 1.111,84  
Destinação 0  
Data Nesta data

Assinada por JG267940 ANTONIO LUIZ MARTINS ALMEIDA

02/06/2023 18:26:11

JG267941 PATRICIA MOREIRA COUTINHO DOS REIS

02/06/2023 18:33:22

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JG267941 PATRICIA MOREIRA COUTINHO DOS REIS.





## ORÇAMENTO GÊNEROS MATERIAIS DE LIMPEZA

ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO –  
AEFAV – FAZENDA GRANJA PRIMAVERA - CNPJ: 07.355.853/0001-95

EMPRESA: SUPERMERCADO SKINAO LTDA

ENDEREÇO: R: Leovergildo Narciso Nº: 975 B: Bandeirantes Mg.

NOME FANTASIA: Supermercado Skinão

Nº	DESCRIÇÃO ITEM	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Pão de sal kg	8	13,99	111,92
02	Mortadela Defumada kg	2	27,89	55,78
03	Queijo Mussarela kg	2	47,19	94,38
04	Bolo caseiro kg	4	21,23	84,92
05	Pão de queijo kg	5	39,99	199,95
06	Leite integral 1 l	5	5,99	29,95
07	Ovos Branco dz	7	10,2	71,4
08	Copo descartáveis 300 ml pct	5	8,99	44,95
09	Copo descartáveis 200 ml pct	2	5,99	11,98
10	Farinha de mandioca kg	5	8,99	44,95
11	Linguiça calabresa kg	3	22,52	67,56
12	Arroz pct 5 kg	1	22,95	22,95
13	Açúcar pct 5 kg	1	21,25	21,25
14	Carne pra cozinhar	10	24,99	249,9
			Total	1.111,84

São Francisco, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023.

Carimbo

06.926.441/0001-03  
SUPERMERCADO SKINÃO  
LTDA

Rua Leovergildo Narciso, 975 - Bandeirantes

Assinatura:





Escola Família Agrícola Tabocal-Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio  
Fazenda Granja Primavera – São Francisco – MG – Fone: 38 9 9951 2893 – E-mail: efatabocal@yahoo.com.br

Aprovado pelo Parecer 1247 de 02 de novembro de 2007 e Portaria nº 1136 de 04 de dezembro de 2007.

Renovação de Reconhecimento e Recredenciamento pelo Parecer CEE nº 41 de 03 de março de 2020.

Portaria SEE/MG nº 334 de 17 de março de 2020.

### ORÇAMENTO GÊNEROS MATERIAIS DE LIMPEZA

ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO –  
AEFAV – FAZENDA GRANJA PRIMAVERA - CNPJ: 07.355.853/0001-95

EMPRESA: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

NOME FANTASIA: \_\_\_\_\_

Nº	DESCRIÇÃO ITEM	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Pão de sal kg	8	14,45	115,6
02	Mortadela Defumada kg	2	28,99	57,98
03	Queijo Mussarela kg	2	49,45	98,9
04	Bolo caseiro kg	4	22,99	91,96
05	Pão de queijo kg	5	43,54	217,7
06	Leite integral 1 l	5	6,45	32,25
07	Ovos Branco dz	7	10,89	76,23
08	Copo descartáveis 300 ml pct	5	9,68	48,4
09	Copo descartáveis 200 ml pct	2	6,67	13,34
10	Farinha de mandioca kg	5	9,65	48,25
11	Linguiça calabresa kg	3	22,88	68,64
12	Arroz pct 5 kg	1	23,4	23,4
13	Açúcar pct 5 kg	1	21,45	21,45
14	Carne pra cozinhar	10	25,99	259,9
			Total	1.174,00

São Francisco, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Carimbo

CNPJ 02.025.417/0001-34  
MARINELLO VIEIRA DE QUEIROZ  
RUA XACRIABÁS, Nº 1.802 - JOÃO AGUIAR  
CEP 38.300-000 - SÃO FRANCISCO - MG

Assinatura:



## ORÇAMENTO GÊNEROS MATERIAIS DE LIMPEZA

ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO –  
AEFAV – FAZENDA GRANJA PRIMAVERA - CNPJ: 07.355.853/0001-95

EMPRESA: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

NOME FANTASIA: \_\_\_\_\_

Nº	DESCRIÇÃO ITEM	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Pão de sal kg	8	14,99	119,92
02	Mortadela Defumada kg	2	28,95	57,9
03	Queijo Mussarela kg	2	49,99	99,98
04	Bolo caseiro kg	4	23,45	93,8
05	Pão de queijo kg	5	44,88	224,4
06	Leite integral 1 l	5	6,99	34,95
07	Ovos Branco dz	7	10,99	76,93
08	Copo descartáveis 300 ml pct	5	9,98	49,9
09	Copo descartáveis 200 ml pct	2	6,89	13,78
10	Farinha de mandioca kg	5	9,99	49,95
11	Linguiça calabresa kg	3	23,65	70,95
12	Arroz pct 5 kg	1	23,45	23,45
13	Açúcar pct 5 kg	1	21,89	21,89
14	Carne pra cozinhar	10	25,85	258,5
			Total	1.196,30

São Francisco, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Carimbo

CNPJ: 10.366.941/0001-05  
Insc. Est.: 001.092154.00-35  
GB SUPERMERCADO DE SÃO FRANCISCO LTDA  
AV. DOM PEDRO DE ALCÂNTARA, 550 - CENTRO  
CEP 35.300-000 - SÃO FRANCISCO - MG

Assinatura:

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



Início → Calculadora do cidadão → Correção de valores

**Resultado da Correção pelo CDI**

\*A data informada não é dia útil, a data utilizada para este cálculo refere-se ao primeiro dia  
da subsequente

**Dados básicos da correção pelo CDI****Dados informados**

Data inicial	30/08/2023
Data final	02/01/2024*
Valor nominal	R\$ 275,30 (REAL)
% do CDI	100,00 %

**Dados calculados**

Índice de correção no período	1,03936754
Valor percentual correspondente	3,936754 %
Valor corrigido na data final	R\$ 286,12 (REAL)



# Emissão de comprovantes - 3o nível

03321211329109271  
12/01/2024 11:36:52

12/01/2024 - BANCO DO BRASIL - 11:35:47  
049400494 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA  
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: ASSOCIACAO V S FRANCISCO  
AGENCIA: 0494-4 CONTA: 38.453-4

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	12/01/2024
NR. DOCUMENTO	550.494.000.005.249
VALOR TOTAL	286,22

\*\*\*\*\* TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: PREF MUN SAO FCO FPM  
AGENCIA: 0494-4 CONTA: 5.249-3  
NR. DOCUMENTO 550.494.000.038.453

=====

NR. AUTENTICACAO	4.960.720.876.888.277
------------------	-----------------------

Transação efetuada com sucesso por: JG267941 PATRICIA MOREIRA COUTINHO DOS REIS.





## Consultas - Extrato de conta corrente

G332121132910927  
12/01/2024 11:37:54

### Cliente - Conta atual


Agência 494-4  
Conta corrente 38453-4 ASSOCIACAO V S FRANCISCO  
Período do extrato Mês atual

### Lançamentos

DL balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
29/12/2023		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 D
12/01/2024		0494	70994	502 Depósito Online TAA	49.470.994.105.222	215,00 D	
				12/01 10:52 SAA-SAO FRANCISCO			
12/01/2024		0494	00494	470 Transferência enviada	550.494.000.005.249	284,02 D	
				12/01 11:35 PREF MUN SAO FCO FPM			
12/01/2024		0000	00000	999 S A L D O			71,22 D
Invest. Resgate Autom.							72,31 D
Saldo							1,99 D
Juros *							0,00
Data de Debito de Juros							31/01/2024
IOF *							0,00
Data de Debito de IOF							01/02/2024
Saldo de fundos de investimento							72,48
RF Simples Agil							

Transação efetuada com sucesso por: JG267941 PATRICIA MOREIRA COUTINHO DOS REIS.

MODELO DE PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO DE ANÁLISE DA PREST. DE CONTAS FINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO				PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL				ANEXO IX	
 <p>ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA TABOAL</p> <p>02 - CNPJ: 07.355.853/0001-95</p> <p>02 A - ENDEREÇO: FAZENDA GRANJA PRIMAVERA - SÃO FRANCISCO MG.</p>				03- Ação		04 - PROCESSO Nº		TERMO DE PARCERIA	
<p>Execução de curso sobre a tecnologia social hídrica de barragem subterrânea: concritos, manejo e confecções de barragem subterrânea: Selecionar áreas para construção, capacitação de alunos, produtores e técnicos e outros correlacionados.</p>				10 - SALDO:		11 - PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PARCERIA:		<p>Nº</p> <p>( ) Termo de Colaboração</p> <p>(X) Termo de Fomento</p>	
05 - PARCELA:				06 - Nº DA NOTA DE EMPENHO E DATA		07 - VALOR EMPENHADO:		08 - VALOR DA TERMO DE PARCERIA:	
01/01				5754/2023		R\$ 10.000		R\$ 10.000	
13 - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS METAS ESTABELECIDAS				14 - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES REALIZADAS		15 - PERÍODO DE EXECUÇÃO		16 - VALOR UTILIZADO POR ITEM/METRA ESTABELECIDO	
<p>12</p> <p>ITEM</p> <p>1 - Total</p> <p>Execução de curso sobre a tecnologia social hídrica de barragem subterrânea: concritos, manejo e confecções de barragem subterrânea: Selecionar áreas para construção, capacitação de alunos, produtores e técnicos e outros correlacionados.</p>				<p>Foi realizada no dia 23 de maio de 2023 no Centro Cultural Católico, o curso citado no item 13 deste relatório. Ministrado pelos: Sr. Manoel Batista de Oliveira Neto e a Sra. Maria Sônia Lopes da Silva. Pesquisadores da EMBRAPA SOLOS UFP RECIFE-PI</p> <p>Nos dias 24 de maio a 25 de maio de 2023, foram realizadas visitas técnicas junto as comunidades de Buriti do Meio e Buriti Grande, para prática do conhecimento adquiridos no curso visando a identificação do local a ser instalado as barragens.</p>		<p>MAIO/2023</p>		<p>18 - VALOR UTILIZADO</p> <p>18 - VALOR UTILIZADO POR ITEM/METRA ESTABELECIDO</p> <p>18 A - VALOR APROVADO NO PLANO DE TRABALHO</p> <p>18 B - VALOR UTILIZADO NO PERÍODO</p> <p>18 C - VALOR UTILIZADO ATÉ O PERÍODO</p>	
						R\$ 10.000		R\$ 9.724,62	
								R\$ 9.724,62	
19 - TOTAL									
<p>20 - CERTIFICADO QUE: Observado os artigos especificamente 61, 64, 67, 69, 70, 71 e 72, da Lei Federal 13.019/2014. Considerando o conteúdo do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação e análises realizadas, foi possível concluir que a Organização da Sociedade Civil alcançou as metas e resultados estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho e Termo de Fomento. Analisando as atividades realizadas, o cumprimento das metas, o impacto do benefício obtido em razão da execução do objeto até o período de sua vigência, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho, concluo que a Escola Família Agrícola cumpriu as metas, com isso avalio e dou o meu Parecer opinando pela APROVAÇÃO da prestação de contas.</p>									
<p>21 - Observação:</p> <p>Compete ao Secretário Municipal signatário do instrumento da parceria decidir sobre a aprovação da prestação de contas, observado o disposto no art. 69 a 72 da Lei Federal nº 13.019/2014.</p>									
<p>23 -</p> <p>Gestor de Parcerias</p> <p>Portaria nº Aida Maria Silva de Souza</p> <p>CPF: 647.534.891-00</p>				<p>24 -</p> <p>Secretaria Municipal</p> <p>Portaria nº</p> <p>Secretaria Municipal de Agricultura</p> <p>Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Infraestrutura</p>		<p>25 -</p> <p>Responsável pela Organização da Sociedade Civil Proponente</p> <p>CPF: 894.641.938-26</p>		<p>25</p>	



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE SÃO FRANCISCO

RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO  
DE PARCERIA CONFORME PLANO DE TRABALHO APROVADO

ANEXO I

02 - ENDEREÇO: FAZENDA GRANJA PRIMAVERA – SÃO FRANCISCO MG.	03- Ação	04 - PROCESSO N.º
	Execução de curso sobre a tecnologia social hídrica de barragem subterrânea: conceitos, manejo e configurações de barragem subterrânea: Selecionar áreas para construção, capacitação de alunos, produtores e técnicos e vulgares correlacionados.	04/2023
	ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA TABOICAL	
	CNPJ: 07.355.853/0001-95	

05 - PARCELA:	06 - Nº DA NOTA DE EMPENHO E DATA	07 - VALOR EMPENHADO:	08 - VALOR DA TERMO DE PARCERIA:	09 - VALOR TRANSFERIDO:	10 - SALDO:	11 - PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PARCERIA:
01/01	5754/2023	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 0	Até 31/12/2023

12 - ITEM	13 - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS METAS ESTABELECIDAS	14 - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES REALIZADAS	15 - PERÍODO DE EXECUÇÃO	15 - R\$ RESPONSÁVEL 1 - Concedente 2 - Proponente	18 - VALOR UTILIZADO POR ITEM/ META ESTABELECIDAS		
					18 A - VALOR APROVADO NO PLANO DE ORÇAMENTO	18 B - VALOR UTILIZADO NO PERÍODO	18 C - VALOR UTILIZADO ATÉ O PERÍODO
3	Execução de curso sobre a tecnologia social hídrica de barragem subterrânea: conceitos, manejo e configurações de barragem subterrânea; Selecionar áreas para construção, capacitação de alunos, produtores e técnicos e outros correlacionados.	Foi realizada no dia 23 de maio de 2023 no Centro Cultural Católico, o curso citado no item 13 deste relatório. Ministrado pelos: Sr. Manoel Batista de Oliveira Neto e a Sra. Maria Sônia Lopes da Silva. Pesquisadores da EMBRAPA SOI OS UEP RECIFE II. Nos dias 24 de maio a 25 de maio de 2023, foram realizadas visitas técnicas junto as comunidades de Buriti do Meio e Buriti Grande, para prática do conhecimento adquiridos no curso visando a identificação do local a ser instalado as barragens.	MAIO/2023	2	R\$ 10.000	R\$ 9.724,62	R\$ 9.724,62
19 - TOTAL					R\$ 10.000	R\$ 9.724,62	R\$ 9.724,62

20 - CERTIFICADO QUE:

- Análise as atividades realizadas, o cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela organização da sociedade civil.

Assinatura do responsável: [Assinatura] Data: 09/09/2010

Assinatura do responsável: [Assinatura] Data: 09/09/2010

22 - **Observação:** Restou um saldo de R\$ 275,38 (Duzentos e setenta e cinco reais e cinco centavos) a ser devolvido a Prefeitura Municipal de São Francisco. Obs: O valor foi ressarcido ao município conforme descrito e comprovado na prestação de contas apresentada.



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE SÃO FRANCISCO

RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO  
DE PARCERIA CONFORME PLANO DE TRABALHO APROVADO

ANEXO I

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA TABOCCAL		03- Ação		04 - PROCESSO N.º	
CNPJ- 07.355.853/0001-95		04/2023			
02 - ENDEREÇO: FAZENDA GRANJA PRIMAVERA – SÃO FRANCISCO MG		Execução de curso sobre a tecnologia social hídrica de barragem subterrânea: conceitos, manejo e confecções de barragem subterrânea: Selecionar áreas para construção, capacitação de alunos, produtores e técnicos e outros correlacionados.			
05 - PARCELA:	06 - Nº DA NOTA DE EMPENHO E DATA	07 - VALOR EMPENHADO:	08 - VALOR DA TERMO DE PARCELA:	09 - VALOR TRANSFERIDO:	10 - SALDO:
01/01	5754/2023	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 0
				11 - PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PARCELA:	Até 31/12/2023

ITEM	13 - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS METAS ESTABELECIDAS	14 - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES REALIZADAS	15 - PERÍODO DE EXECUÇÃO	16 - RS RESPONSÁVEL 1 - Concedente 2 - Proponente	18 - VALOR UTILIZADO POR ITEM META ESTABELECIDO		
					18 A - VALOR APROVADO NO 1º SEMESTRE 1999-04	18 B - VALOR UTILIZADO NO PERÍODO	18 C - VALOR UTILIZADO ATÉ O PERÍODO
3.	Execução de curso sobre a tecnologia social hídrica de barragem sustentável: conceitos, manejo e conexões de barragem subterrânea: Selecionar áreas para construção, capacitação de alunos, produtores e técnicos e outros beneficiados.	Foi realizado no dia 23 de maio de 2023 no Centro Cultural Celúlico, o curso citado no item 13 deste relatório. Ministrado pelos: Sr. Manoel Batista de Oliveira Neto e a Sra. Maria Sônia Lopes da Silva, Pesquisadores da EMBRAPA SOLOS UEP RECIFE II.  Nos dias 24 de maio a 25 de maio de 2023, foram realizadas visitas técnicas junto as comunidades de Buriti do Meio e Buriti Grande, para prática do conhecimento adquiridos no curso visando a identificação do local a ser instalado as barragens.	MAIO/2023	2	R\$ 10.000	R\$ 9.724,62	R\$ 9.724,62
19 - TOTAL					R\$ 10.000	R\$ 9.724,62	R\$ 9.724,62

20 - CERTIFICO QUE:

- Analisar as atividades realizadas, o cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho.

- analise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela organização da sociedade civil

Responsável pela Organização da Sociedade Civil Proponente

Antônio Leão Martins Almeida  
Nº 141- CPT

00-1-8-5  
22/2/2000

08104935026

22 - **Observação:** Restou um saldo de R\$ 275,38 (Duzentos e setenta e cinco reais e trinta e oito centavos) a ser devolvido a Prefeitura Municipal de São Francisco. Obs. O valor foi ressarcido ao município conforme descrito e comprovado na prestação de contas apresentada.



São Francisco – MG, de 19 de junho de 2024.

Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceria, designada através da Portaria nº 476 de 2023.

**Roseni Ribeiro da Silva**  
NOME: Roseni Ribeiro da Silva  
Membro da Comissão de Monitoramento

NDME: Guilherme Marjucira Vieira  
Membro da Comissão de Monitoramento

Arturo Saldanha Silva  
o da Comissão de Monitoramento

*Guilherme M. Vieira*  
NOME: Guilherme Medeiros Vieira  
Membro da Comissão de Monitoramento

NDME: Guilherme Marjucira Vieira  
Membro da Comissão de Monitoramento

### Válidacão do Teste

NOME: Gelkar Almeida dos Reis  
Assinatura do Giesbri de Pimenta